



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

GIOVANNA LEMOS DE MEDEIROS

**PLANTANDO VIDAS, COLHENDO SABERES – UMA ANÁLISE DO TRABALHO DAS FEIRAS
AGROECOLÓGICAS DO BAIXO MUNIM/MA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA VIDA DAS
MULHERES**

Amargosa/BA

2021

GIOVANNA LEMOS DE MEDEIROS

**PLANTANDO SABERES – UMA ANÁLISE DO TRABALHO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO
BAIXO MUNIM/MA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA VIDA DAS MULHERES**

Relatório Teórico-metodológico apresentado
ao Programa de
Pós-Graduação em Educação do Campo da
Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como
requisito parcial
para obtenção do título de mestre em
Educação. do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Gomes
Dornelles Avelino.

FICHA CATALOGRÁFICA

M488p

Medeiros, Giovanna Lemos de.

Plantando vidas, colhendo saberes: uma análise do trabalho das Feiras Agroecológicas do Baixo Munim/Ma como princípio educativo na vida das mulheres / Giovanna Lemos de Medeiros._ Amargosa, BA, 2021.

83f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, Mestrado em Educação no Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Gomes Dornelles Avelino.

1.Educação rural – Agroecologia. 2.Mulheres – Ação social – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de

CDD: 370.71

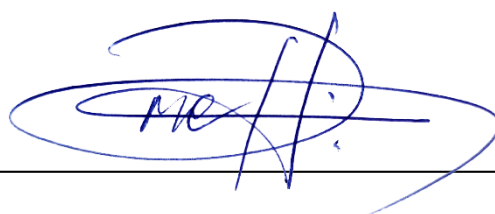
GIOVANNA LEMOS DE MEDEIROS

**PLANTANDO VIDAS, COLHENDO SABERES – UMA ANÁLISE DO TRABALHO DAS FEIRAS
AGROECOLÓGICAS DO BAIXO MUNIM/MA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA VIDA DAS
MULHERES**

Relatório Teórico-metodológico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação. do Campo.

Aprovado em: 14 de outubro de 2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Priscila Gomes Dornelles Avelino

Orientadora



Profa. Dra. Livia Tavares Mendes Froes.

Examinadora



Dra^a Vivian do Carmo Loch

Examinadora

RESUMO

A educação do campo é pautada pelos movimentos sociais e pela organização de educadoras/es que acreditam numa educação efetivamente do campo constituída considerando o princípio da diversidade dos sujeitos do campo. Assim, com este trabalho, visibilizamos a presença das mulheres como sujeitos do campo, evidenciando as relações desiguais e conflituosas de gênero, onde muitas vezes o acesso à educação escolar e/ou o reconhecimento da jornada de trabalho é negado. Deste modo, o objetivo é compreender o papel das mulheres da feira agroecológica e solidária do Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Munim – MA como protagonistas de saberes no espaço de trabalho e em suas comunidades. A pesquisa pontua também que as feiras agroecológicas desenvolvem uma forma de trabalho com princípio educativo em muitos aspectos do que dentro dos parâmetros educacionais classificam como educação, fazendo com que essas mulheres tenham acesso e promovam saberes não necessariamente estando dentro de uma sala de aula em um espaço formal. Utilizando a teoria decolonial como ferramenta de análise das feiras agroecológicas compreendendo e visualizando o resgate da ancestralidade e uma volta para dentro no processo da resistência a colonialidade.

Palavras-chave: Feira Agroecológica; Mulheres; Educação do Campo; Decolonialidade.

RESUMEN

La educación rural está guiada por los movimientos sociales y por la organización de educadores que creen en la educación efectivamente constituida en el campo considerando el principio de diversidad de sujetos en el campo. Así, con este trabajo visibilizamos la presencia de las mujeres como sujetos en el campo, destacando las relaciones de género desiguales y conflictivas, donde muchas veces se niega el acceso a la educación escolar y/o el reconocimiento de la jornada laboral. De este modo, el objetivo es comprender el papel de las mujeres en la feria agroecológica y solidaria del Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Munim-MA como protagonistas del conocimiento en el lugar de trabajo y en sus comunidades. La investigación también señala que las ferias agroecológicas desarrollan una forma de trabajar con un principio educativo en muchos aspectos de lo que catalogan como educación dentro de los parámetros educativos. Utilizando la teoría decolonial como herramienta de análisis de las ferias agroecológicas trae consigo el rescate de la ascendencia y un retorno al proceso de resistencia a la colonialidad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19 – Corona Virus Disease (2019) / Doença do Corona Vírus (2019)

FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades

MA – Estado do Maranhão

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMS – Organização Mundial de Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de São Luís e Baixo- Muni

SUMÁRIO

PARA COMEÇO DE CONVERSA: A AGROECOLOGIA COMO REPRODUÇÃO DA VIDA E SABER 10

1. A COSTURA DA COMPREENSÃO – PERCURSOS METODOLÓGICOS	21
A decolonialidade como caminho	22
Agência ativa.....	22
Modelo científico e epistemicídio.....	26
A pesquisa qualitativa como meio.....	26
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA UMA RELAÇÃO DE SABERES E SABORES	36
Educação do campo como categoria de análise.....	36
As fontes da educação do campo	42
Educação do campo e o princípio da diversidade.....	43
Agroecologia como ciência	44
O trabalho como princípio educativo	46
3. UMA DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO, MULHERES CAMPONESAS E AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA	58
Trabalho como categoria fundamental	58
As mulheres e o trabalho.....	62
O trabalho das mulheres rurais	63
PALAVRAS FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES.....	79

INTRODUÇÃO: PARA COMEÇO DE CONVERSA: A AGROECOLOGIA COMO REPRODUÇÃO DA VIDA E DO SABER

A proposta deste trabalho se constituiu como uma perspectiva de interesse a partir da posição de aliança, de engajamento e de formação na Educação do Campo como base, o que me permitiu e potencializou problematizar os processos educacionais de mulheres camponesas. Assumo que o tema se apresentou como algo novo para mim, visto que a minha formação inicial se deu no campo das ciências agrárias e, neste contexto, os debates sociais e sobre educação são negligenciados por desinteresse não apenas da classe docente (mas, não entraremos nesse mérito) contudo, principalmente, porque a universidade pública tem um papel autoral na produção da ciência no contexto brasileiro, e esta, em uma breve análise histórico-social, foi e ainda é pensada como um lugar possível para pequena parcela da população marcada pela referência colonizadora, branca, masculina, heterossexista.

É possível perceber algumas mudanças no aumento do acesso do povo brasileiro pobre, preto e não urbano às instituições de ensino superior, principalmente, considerando as políticas de governo dos mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a “interiorização das universidades públicas”. Contudo, no plano científico e na própria oferta da política educativa no ensino superior, em geral, o discurso continua o mesmo – tendo como pilares a meritocracia, a hierarquização dos saberes e a composição de uma ciência eurocentrada como referência.

Assumi o compromisso sobre o tema para pautar as mulheres, a agroecologia e a vida do campo, entendendo como se dão as feiras agroecológicas na construção da agência ativa infrapolítica e coletiva de mulheres do campo. Maria Lugones (2014) não coloca a resistência apenas a partir da ocupação de liderança ou representação política de mulheres em organizações sociais, mas de uma forma intersubjetiva de negociação coletiva e comunitária. Para Lugones (2014), o processo de agenciamento acontece na tensão entre a sujeitificação e a subjetividade ativa. Desse modo, seu interesse está na resistência infrapolítica.

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em

uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o 40 40 hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica (MARIA LUGONES, 2014, p. 940).

Atravessada por esta provocação da autora sobre política, compondo também referenciais descoloniais feministas, proponho aqui uma análise da realidade das mulheres camponesas interseccionalizando categorias como raça, gênero e sexualidade. É através da interseccionalidade que seremos capazes de analisar os movimentos políticos como infrapolíticos, perpassando pelos conhecimentos, pelas práticas ecológicas, pelas relações, pelas perspectivas cosmológicas e comunitárias, pela ancestralidade, valores econômicos e espirituais.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

Esta leitura é necessária quando pelas invasões colonizadoras da América, há o apagamento da relação histórica das pessoas colonizadas com a terra, com a sua espiritualidade, com as suas perspectivas pluriversais de relação com a natureza, de referências identitárias, de organização comunitária, de cosmologias, de corpo. Considerando a colonialidade como uma composição das relações de poder contemporânea em funcionamento para dominação, as ações agroecológicas das mulheres camponesas resgatam relações infrapolíticas constituindo significados. Compreendo que a organização coletiva destas mulheres para a realização das feiras agroecológicas, bem como a assunção da agroecologia se constitui como uma estratégia teórico-política importante no âmbito da Educação do Campo e da vida cotidiana destas mulheres. Esta estratégia política pode então ser utilizada em muitas comunidades como desenvolvimento individual e coletivo das sujeitas (e dos sujeitos), melhorando assim a qualidade de vida destas pessoas, transpassando também pelo modo de produção no campo transformando-o em um modelo mais seguro (sem uso de agrotóxico) e saudável, com alimentos limpos e colocando-as/os como protagonistas e

sujeitas/sujeitos políticas/os, resgatando saberes que outrora já foram utilizados pela comunidade. Outro ponto importante, é que este trabalho assume como proposição a visibilidade destas mulheres do campo e das feiras agroecológicas dentro da universidade, da produção acadêmica, e, aqui, dos debates que constituem os femininosque importam e as perspectivas de sujeitos no contexto da Educação do Campo.

Para isso, somado a este relatório teórico-metodológico dos caminhos investigativos e políticos constituídos no mestrado, temos como produto uma cartilha e um registro audiovisual na tentativa de compartilhar um pouco da realidade das feiras agroecológicas e do trabalho das mulheres feirantes do Baixo Munim/MA.

Diferente do meu percurso na educação do campo, trabalhar diretamente com mulheres que produzem agroecologicamente é algo presente na minha vida há mais tempo. Discutir e aprender sobre (e também com) mulheres camponesas tem sido meu foco desde 2013 quando me aproximei dos movimentos sociais, do movimento estudantil e das lutas feministas. Durante meu período da graduação em engenharia agrônoma, meu caminho acadêmico se entrelaçou com as mulheres agroecológicas, produzindo ciência através da história de vida e de resistência delas. Desenvolvi o meu trabalho de conclusão de curso compondo a experiência investigativa com o mesmo grupo de mulheres presentes neste trabalho. Este referido trabalho, constituído em outra perspectiva, priorizada entender, descrever e caracterizar política e socioeconomicamente as mulheres do Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim/MA. Recordo que, após a defesa do trabalho de conclusão de curso, sabíamos que se fazia necessário levar essa produção diretamente para essas mulheres. Por isso me propus a ir até o encontro do Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim/MA que acontece periodicamente, desta vez realizado no povoado de Água Azul localizado em Cachoeira Grande – MA, para socializar com todas/os o trabalho que foi desenvolvido.

Esta experiência foi um marco muito importante na minha vida acadêmica, política e pessoal. Lembrança que vou levar para toda a vida. A emoção daquelas mulheres em ter seu trabalho valorizado, afirmando a existência delas e o seu papel autoral e protagonista dentro da sociedade. Tive a oportunidade de aprender com elas

durante o encontro e conhecer de perto a organização do Circuito de Feiras Agroecológicas.

O meu interesse pela categoria mulheres se justifica pela minha existência neste mundo, bem como por perceber a invisibilidade da nossa existência, apesar das intersecções que vão compor proporções distintas de invisibilidade. Sendo uma mulher branca e urbana, passei a me questionar sobre diferentes existências no mundo, focando no contexto agrário.

Surgiu então a vontade de trazer este debate para dentro da academia, na intenção de buscar respostas e alternativas para a Educação do Campo, tendo as mulheres camponesas e trabalhadoras como sujeitas de modo a visibilizar as jornadas de trabalho existentes no campo e os trabalhos realizados por mulheres camponesas de um modo distinto de “trabalho leve”, como a divisão sexual do trabalho nos empurra goela abaixo. Para o Movimento de Mulheres Camponesas/MMC (2005), a mulher camponesa é a pequena agricultora, a quebradeira de coco, a pescadora artesanal, a ribeirinha, a diarista, a quilombola, a boia fria, a posseira, a assalariada rural, as indígenas, as extrativistas, as arrendatárias, a meeira, as acampadas, as assentadas, a sem terra que tem como centro o núcleo familiar. Por um lado, se dedicando a produção agrícola artesanal autônoma que tem como objetivo satisfazer necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte da produção para garantir a renda necessária à compra de produtos que não produz. Soma-se a todas essas características a participação política da mulher.

Como o retorno à comunidade, por me permitir compreender melhor sobre as feiras agroecológicas como ferramenta emancipatória do trabalho, ofereço como produto uma cartilha que tem como intuito popularizar o trabalho das mulheres em São Luís/MA, divulgando o acontecimento das feiras agroecológicas, localizando em mapas o local aonde são realizadas, informando a comunidade ludovicense a presença e a construção da agroecologia dentro dos centros urbanos.

A cartilha tem como objetivo circular pelas ruas de São Luís/MA e, de forma virtual, pode ser espalhado por todo o Brasil. A proposta da cartilha surgiu em função da suspensão das atividades das feiras em função da pandemia do covid-19 e da compreensão de que o fortalecimento das ações da feira, nesta retomada das

atividades, é uma ação importante para continuidade das atividades coletivas e organizadas destas mulheres feirantes e camponesas. Assim, a intenção é de que esta cartilha seja validada e apropriada pelo grupo, de modo que seu manejo coletivo implique em uma ampliação da divulgação do trabalho do Circuito de Feiras Agroecológicas, compartilhando esta experiência com outras mulheres, com o público em geral e, ainda, sendo um material que pode incentivar outras produtoras.

A produção audiovisual se constitui como um material potente para o coletivo de mulheres feirantes pelo intuito de colaborar com o registro histórico do trabalho realizado pelo Circuito de Feiras Agroecológicas, servindo, futuramente, como memória ancestral (estratégia política agroecológica) e ferramenta analítica para que possam compreender seus avanços e a história das feiras agroecológicas e destas mulheres. Assim, esta produção audiovisual tem como perspectiva circular, de forma virtual, a princípio, pela plataforma *youtube*, atendendo ao objetivo maior de divulgar o trabalho das mulheres feirantes que se organizam nas feiras agroecológicas. Deste modo, e somando-se a cartilha, esses materiais tem a potência de compartilhar com produtoras/es rurais de todo o Brasil, que o trabalho nas feiras agroecológicas é possível e transformador.

A escolha por estes produtos se deu por compreender que a socialização e a popularização de trabalhos emancipatórios, como as feiras agroecológicas, são estratégias importantes para a produção de referências de produção de conhecimento, de organização política e de contra colonização, seja de forma mais palpável através da cartilha que serão distribuídos em pontos específicos da cidade, tentando incentivar mais pessoas a conhecerem efetivamente as feiras agroecológicas, seja de forma virtual, através de uma produção audiovisual. Estas propostas de produto se articulam para a divulgação do crescimento da agroecologia no Maranhão, colocando como potência para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades e pessoas.

Contextualizar as feiras agroecológicas é importante para que se entenda o funcionamento das atividades e a necessidade de compartilhar o trabalho das mulheres feirantes. A Feira Agroecológica e Solidária, sempre realizada na primeira quarta feira e quinta feira de cada mês em São Luís – MA tem como um de seus maiores atrativos a oferta de alimentos de base agroecológica, isto é, saudáveis, livres de agrotóxicos e

transgênicos, os quais são comercializados a preços justos e acessíveis à população. A Feira tem a participação de agricultoras/es assentadas/os em áreas federais de reforma agrária na Região do Baixo Munim (MA) e artesãs (ãos) da Região Metropolitana de São Luís. Oriundas/os de comunidades rurais e urbanas, essas/es produtoras/es tem em comum a organização coletiva e autogestionária de seus empreendimentos e o fato de seu processo produtivo se pautar nos princípios, valores e práticas da agroecologia e da economia solidária.

Os produtos comercializados são diversos como banana, farinha, cheiro verde, abacate, maxixe, João Gome, limão, manga, mel, coco, pimenta, couve, quiabo, castanha, azeite dos mais diversos tipos, bucha vegetal, bolos e doces, sururu, licores, remédios caseiros, macaxeira, vinagreira, alface. Há também a oferta de produtos crioulos como o milho, o arroz e o feijão.

O Circuito de Feiras Agroecológicas é uma Rede de Comercialização Solidária de produtos de base agroecológica formada principalmente pelas mulheres feirantes das cidades de Rosário, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino e Morros, municípios localizados na Região do Baixo Munim, estado do Maranhão.



Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de São Luís e Baixo Munim.

Fonte: Mapa produzido por Lucas Maciel, 2021.

O processo de feiras agroecológicas municipais iniciou-se no município de Morros a partir de 2012 e depois estendeu-se para os demais municípios que formam a Rede. Desde o final de 2015, iniciaram a comercialização em São Luís com o Empório da Economia Solidária no espaço do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado no Dalplaza bairro da COHAB; Há também desde o final de 2016 a Feira Agroecológica e Solidária na praça da alegria, no centro; as duas feiras com ocorrência mensal.

A Feira Agroecológica e Solidária é uma iniciativa do Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim, em conjunto com a Associação Agroecológica Tijupá com o apoio do Fórum Estadual de Economia Solidária – FEESMA, rede de organizações a qual estão afiliados os empreendimentos presentes na feira e o INCRA/MA (SR-12), com o qual a Tijupá tem contrato de Assistência Técnica e Extensão Rural na assessoria às famílias assentadas. A Associação Agroecológica Tijupá é uma organização da sociedade civil, fundada em 1990, e que, desde 1996, trabalha com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região do Baixo Munim em parceria com as organizações locais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, agências de cooperação ecumênica europeia e órgãos públicos federais, como INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDAA, através da celebração de convênios e contratos no âmbito da política pública de ATER.

Partindo deste histórico, a minha proximidade com o Circuito de Feiras Agroecológicas e Solidárias acontece desde o período da graduação, quando começo a descobrir a agroecologia como ferramenta emancipatória para o povo. A organização estudantil onde me organizava na época tornou-se então, próxima da Associação Tijupá, construindo a agroecologia dentro de fora da universidade.

A agroecologia entra como categoria não apenas neste trabalho, mas em toda a minha graduação, a partir da minha participação no movimento estudantil FEAB (Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil). Pautar agroecologia dentro da graduação de engenharia agrônoma pode parecer algo comum, mas a realidade é que as pessoas que defendem e acreditam na bandeira da agroecologia dentro de um curso elitista, criado para filhos (homens) de fazendeiros que buscam o desenvolvimento de tecnologias visando a monocultura, a exportação e o esgotamento dos recursos naturais foi/é uma tarefa árdua, pois, muitas vezes, vivi/vivemos perseguições e desconfianças dentro do curso. Deste modo, a agroecologia na minha vida é resistência.

Considerando este contexto progresso, compreendo que este trabalho se constitui como referência na minha formação e dá continuidade à minha trajetória aliançada e engajada politicamente com a agroecologia. Para organizar este trabalho, componho como objetivo geral compreender e analisar o Circuito de Feiras Agroecológicas da região do Baixo Muni-MA como ferramenta para o trabalho com princípio educativo na vida das feirantes, bem como visibilizo gênero como elemento organizador da vida no contexto destas mulheres do campo.

O sentido dado ao trabalho como princípio educativo na construção da formação humana o posiciona como fundamental para os movimentos sociais e para quem luta pela superação da exploração humana a partir das contribuições do pensamento crítico, de modo especial, tomando algumas referências e a partir das inspirações e produções do materialismo histórico-dialético. Aqui, a importância fundamental do trabalho é posicioná-lo como elemento teórico, analítico e ético, como princípio na constituição das referências de humanidade. A ideia do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais quanto culturais, é ainda irreal visto que o trabalho na nossa sociedade se arquiteta apenas de forma exploratória de tudo que é vivo.

O Circuito de Feiras Agroecológicas é uma atividade mista com a presença também de homens, porém, percebe-se a hegemonia da presença das mulheres e como elas fazem desse espaço um local de protagonismo. A associação Tijupá, idealizadora do projeto das feiras, não tem como proposta utiliza-las como ferramenta para a educação, mas o processo acontece espontaneamente, pois o trabalho emancipatório é educativo para quem o realiza. Como poder de resgatar o contato com a terra, o trabalho como ação direta, rebuscando nas sujeitas/os a percepção de que nós não somos organismos separados da natureza, mas que fazemos parte e que somos ela. A partir da percepção de que somos parte, o cuidado com o nosso corpo, com o coletivo, com o lugar em que vivemos e de onde se tira sobrevivência e a sua existência passa a ser um só, de forma simbiótica, ressignificando culturalmente o cuidado com a terra e as relações de gênero de modo a fortalecer a caminhada coletiva e individual das mulheres feirantes e seus protagonismos.

As histórias e a vida das mulheres foram contadas e “estudadas” por homens neste contexto científico marcado por uma elaboração racista, colonizadora e sexista,

compondo as perspectivas de ciência em um caminho único e referente para a academia, com efeito na produção de conhecimento, de posições, perspectivas de sujeito, de (im)possibilidades de agência política, de vida na modernidade de modo parcial, mesmo que isto tenha se dado a partir de perspectivas que consideram a ciência como leitura primária da realidade, mas não analisam as dimensões políticas da produção científica. Assim, gênero como elemento organizador da cultura, e da academia também, se constituiu como esta categoria que funciona compondo o que conta como científico e, nesta narrativa hegemônica branca e masculina, destaca as narrativas invisibilizadas de mulheres, principalmente, se considerarmos as intersecções de raça, sexualidade e classe. É chegada a nossa hora de contar nossa própria história! E, mais: é chegada a hora de viabilizar que as histórias das nossas companheiras sejam contadas! E se temos condições materiais de abrir caminhos para as que não possuem a oportunidade, que façamos, pois é tarefa nossa e está dada a cada uma de nós.

A Educação do Campo se coloca numa relação de antagonismo ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema racista-sexista-capitalista. Assim, debater e analisar como a educação se dá para as mulheres camponesas, alargando esta compreensão para além da educação escolarizada permite analisar as práticas e os saberes de mulheres feirantes e seus modos de produção e partilha do conhecimento, seus modos de exercício político nas feiras agroecológicas é de suma importância para avançarmos no debate dentro e fora da Educação do Campo em relação as articulações entre gênero, capitalismo e colonialidade, por exemplo.

Analisar e possibilitar o registro acadêmico da participação na história (e na própria análise) de sujeitas/os que são posicionadas historicamente como oprimidas/os e invisibilizadas/os é avançar para uma educação do povo registrada pelo próprio povo. E, aqui, com uma disputa da palavra povo de modo a incluir as narrativas e romper com a invisibilidade dos femininos camponeses nesta expressão. Assim, este trabalho se coloca na esteira de contribuição que inclua as pautas construída por elas.

Por isso, a construção desse trabalho é importante para as mulheres do Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim no Maranhão, nordeste brasileiro, pois dá a estas mulheres camponesas a oportunidade de falar sobre seus processos, suas histórias, suas conquistas vinculadas à construção de uma nova forma de vivência – a

agroecológica. Dentro disso, a agência política de construção da autoimagem e da autoestima delas é importante para a motivação de aprender das mesmas, e grande parte disso é construído através dos papéis que desempenham, do valor das atividades produtivas que essas mulheres realizam, da valorização que é atribuída ao seu trabalho, do reconhecimento dos saberes agroecológicos delas como um caminho para a transformação da sua vida, da sua família e da comunidade. Fazendo-as perceber que elas são agentes diretas para a transformação de uma sociedade que seja mais justa, através do resgate ancestral produzido por suas mãos. E por meio do reconhecimento e valorização das suas experiências de vida acumulada.

Além da importância para as mulheres feirantes camponesas que estão sendo conhecidas e reconhecidas aqui, esse trabalho tem a esperança de acrescentar para todas as mulheres latino americanas e dos países do sul global. Bem como do norte e nordeste brasileiros, que tem a preocupação em avançar pautando a agroecologia, por saber que esta tem papel fundamental no resgate ancestral do poder da mulher a partir da sua relação com a vida e em uma resistência contra hegemônica de existência.

Dito isto, reconhece-se a potencialidade que os produtos propostos para esse trabalho (cartilha e produção audiovisual) tem para nós mulheres: contar nossa própria história e abrir caminhos para que as histórias de outras mulheres sejam contadas. Assim, acionamos ferramentas que podem alcançar outras mulheres, para que não se sintam sós, para que se sintam encorajadas, e, fundamentalmente, que reconheçam na histórias das mulheres feirantes que trago aqui sua própria história. Além disso, ainda como produto, apresento este relatório como um documento organizativo dos caminhos pensados e propostos para a construção dos produtos, embasando, de modo teórico, metodológico, ético e político, a construção deles.

Para a organização deste processo de escrita e para dar conta de pautar os objetivos deste trabalho, organizamos os capítulos da seguinte maneira: o primeiro capítulo é dedicado aos caminhos metodológicos, nomeado de *A costura da compreensão – percursos metodológicos*, que tem como objetivo ligar uma escolha a outra, como elas foram feitas e a importância delas. Estes caminhos foram se definindo no percorrer da escrita e da feiras, nas descobertas no contato com as mulheres e suas realidades; no segundo capítulo, intitulado de *Educação do campo, uma relação de*

saberes e sabores, trabalhamos a educação do campo e agroecologia, debatendo, analisando, discutindo conceitos, princípios e elencando essas duas ferramentas de discussão do trabalho às mulheres, compreendendo a necessidade de pautar dentro destes aspectos a vida das mulheres e a forma como se perpetuam as relações. No terceiro capítulo, uma discussão sobre trabalho, mulheres camponesas e as feiras agroecológicas como caminho de resistência abordaremos sobre as categorias trabalho e gênero, com prioridade para analisar a colonialidade e a raça, subcategorizando cada vez mais a vida das pessoas dos países do sul global primeiro através da classificação racial, depois pela dimensão de gênero, decidindo o que é humano e compondo como não humano outras existências que não sejam no padrão europeu, branco, masculino, cis. Por fim, temos as considerações finais, onde coloco meu olhar sobre toda a pesquisa, mostrando a necessidade de pautar este assunto politicamente e academicamente, a partir do desejo de defender os avanços para uma sociedade mais justa e agroecológica.

1. A COSTURA DA COMPREENSÃO – PERCURSOS METODOLÓGICOS

A escolha da metodologia para a realização deste trabalho tem sido construída inspirada na perspectiva teórica e analítica do feminismo descolonial. Para que eu pudesse me basear por essa perspectiva, algumas autoras e alguns autores foram fundamentais para a construção de um caminho teórico-epistemológico, político e metodológico de construção deste trabalho. Estudiosas/os como Maria Lugones, Silvia Federici, Sueli Carneiro, Grada Quilomba, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Rita Segato, Estevão Rafael Fernandes, Graziela Rinaldi da Rosa, Priscila Dornelles, Ana Cristina Nascimento Givigi inspiraram diálogos e movimentos de pensamento para a composição deste trabalho. Todas essas pesquisadoras e pesquisadores foram importantes direta ou indiretamente para a compreensão da perspectiva decolonial, de como eu perceberia as realidades dadas a mim, das perguntas que seriam feitas e para a produção teórica deste trabalho e das minhas posições no mundo. Estes saberes consumidos se deram através tanto da forma bibliográfica, como na forma oral, através de troca de saberes que carrego até hoje como transformadora da minha visão de mundo.

O pensamento decolonial parte da referência aos modos plurais de conhecimento, de poder e de produção do sujeito. Caminhos, estes, que não se incluem nos fundamentos dos modelos do pensamento ocidental. A decolonialidade implica outra categoria de pensamento e linguagem, concepção de prática e de produção de saberes, bem como uma disputa pela noção de sujeito e humanidade racializada. Não tem como intuito substituir o modelo ocidental existente, se esta fosse a intenção, seria uma falsa verdade o pluri-versal, pois estaria propondo um outro modelo também universal, fantasiado de pluri. Os investimentos teóricos apontados como caminhos decoloniais se colocam para a composição de outras formas de análises da realidade como ciência e como produções válidas no mesmo nível.

A decolonialidade pretende, contudo, *aprender a desaprender*, já que estamos conformados e subjetivados a uma linha de pensamento pautada pela razão imperial/colonial/moderna. Uma racionalidade científica constituída na trama da colonialidade, do racismo, do sexismo, do heterossexismo e do capitalismo. As proposições decoloniais investem em visibilizar estas tramas do poder e do saber e da produção do sujeito, a partir de linhas nomeadas como colonialidade do poder, do saber

e do eu e, nesta analítica, evidenciam que o campo científico e dos saberes considerados válidos estão constituídos por uma geopolítica global e local. De modo importante, os investimentos neste movimento de pensamento me fizeram indagar até que ponto as nossas produções latino-americanas, feministas colaboram para a manutenção das tramas do poder da colonialidade?

É importante que a partir de nós, dos caminhos deste tempo, possamos contribuir para a ruptura com este modelo “posto/suposto” como neutro do conhecimento. Isso significa problematizar como o pensamento clássico se constituiu como referência e com a qualidade e o status de “clássico” a partir de tramas políticas e epistemológicas. Assim, é compreender que este pensamento “clássico” é um “saber local” que foi e é hegemonizado por relações de poder, as custas de muito sangue derramado de povos colonizados, devastações de riquezas naturais, sustentados e assegurados pela “retórica da modernidade” e pela produção do racismo-sexismo-heterossexismo-biocapital como modo de organização da vida e de quem conta como humano. No presente trabalho, a inspiração decolonial compõe a possibilidade de autocrítica epistêmica, o que conta como referente do conhecimento, como forma de seguir aliada com as bases de produção do conhecimento constituídas nos espaços desta pesquisa, pelas mulheres e âmbito comunitário no qual esta pesquisa se coloca em articulação. Portanto, o exercício aqui será, então, de como pensar através do paradigma-outro, e, para nós, o outro aqui é potência, tomando como tarefa e prática a descentralização da base epistemológica universal.

A agência ativa trazida por Lugones (2014) traz a relação oprimir ↔¹ resistir, capaz de promover análises mais coerentes sobre a realidade das mulheres camponesas, ao passo que sofrem opressões, resistem, e, nesta trama política, produzem sua própria existência. Este é um movimento infrapolítico de volta para dentro, habilitando estas mulheres a construir novos significados e/ou resgatar significados. A colonialidade de poder existe graças a colonialidade de gênero. As dicotomias coloniais presentes no gênero colonial não possibilitam certas existências pois não as encaixam dentro de suas categorias. Por isso, a utilização da agência ativa é

¹ Este símbolo é uma menção ao texto Rumo ao feminismo Descolonial de Maria Lugones.

valiosa para essa análise, pois é através da relação proposta por esse conceito que tanto podemos compreender as ações comunitárias, associativas e coletivas de mulheres camponesas como política, bem como é possível afirmar o protagonismo das mulheres camponesas na construção histórica e social dos modos de luta e de produção de saberes no contexto do campesinato brasileiro.

Para Lugones (2014), as mulheres colonizadas estão em um lócus fraturado da colonialidade em constante tensão e a partir disso a subjetividade construída por relações duplas, onde a mulher camponesa lida com a colonialidade generificada e a empreitada capitalista ao passo que tem a realidade da sua comunidade. Por vezes, os povoados estão localizados distante dos grandes polos capitalistas do estado, com suas tradições e culturas próprias. Por isso, perceber como a colonialidade influencia a relação entre as mulheres também é importante. Conseguir visualizar como as hierarquias funcionam entre elas e compreender o porquê se dá dessa forma.

A feirante *Terra* assume que *Raiz* é a presidente da associação e, por isso, responsável por algumas questões.

Terra: “...Raiz é a presidente, né? Ela é a nossa voz, repassa as coisas pra gente.” (07 de janeiro, 2021. p. 5)

Raiz: “Eu sou presidente da associação de mulheres...” (07 de janeiro, 2021.p. 6)

Através dessas falas, percebe-se que há um certo nível de hierarquia dentro das comunidades envolvidas, hierarquias estas que influenciam diretamente na relação e na constituição do trabalho das mulheres envolvidas na associação e nas feiras agroecológicas. *Raiz* possui papel de liderança entre as mulheres organizadas. Assim, nesta perspectiva, as composições de alianças entre diferentes femininos e entre os masculinos se dá considerando outros marcadores de hierarquização social, como a geração, as hierarquias ancestrais e as hierarquias constituídas coletivamente compondo, assim, uma agência intersubjetiva considerando a perspectiva comunitária. O sistema de gênero é racializado, negando humanidade às mulheres posicionadas

como colonizadas, assim, as mulheres camponesas se encontram em realidade dupla. Sentindo-se parte da sua comunidade e do seu povoado, às vezes, em posição de liderança; contrastando com suas vivências na cidade quando realizam as feiras. A agência ativa é uma constante na vida das mulheres camponesas a relação entre a vida na comunidade em que estão inseridas e as mulheres que as feirantes são durante as feiras agroecológicas produzem esse agenciamento. Como a feirante *Seiva*, que conta sobre a sua realidade, e a relação da sua ancestralidade com a agroecologia e a forma como cresceu:

Seiva: *“Na verdade a agroecologia está presente ni nós moradores rurais desde sempre, né? Só que a gente não sabia o que era agroecologia, e nem conhecia a palavra, né? Depois que o pessoal da TIJUPÁ com os técnicos tudo foram lá nas comunidades e orientar, organizar, e tudo, começou a falar da agroecologia, e eu digo assim de modo que a agroecologia tava no nosso meio, desde no meu pai, meu avô, porque assim, a gente utiliza muito as frutas cítricas do nosso ambiente, né? Sem veneno, cuidada é...tendo o retorno da natureza, desde criança então, aí mas só que assim, os mais velhos eles não utilizavam essa palavra, agroecologia, né? A gente não conhecia como agroecologia, né? Eu digo assim, agroecologia pra mim, é a natureza se desenvolvendo e a gente utilizando ela de modo correto, né? Porque se a gente maltratar a natureza, ela não vai dar um retorno bom pra gente, né? um sustento bom pra gente, né? ela vai trazer uma fruta...tipo o pé de manga, se a gente maltratar ela, ela não vai dar uma manga boa, ou nem vai dar manga...” (10 de dezembro, 2020.p. 3)*

Para Tlostanova e Mignolo (2012) a colonialidade é entendida por quatro esferas de colonização e, por assim dizer, de dominação. A primeira esfera se dá pelo nível econômico, com apropriação de terras e trabalho, produzindo commodities para o mercado global. A segunda esfera é a da autoridade, quando as instituições espanholas, portuguesas, holandesas, francesas e cristãs desmantelam as autoridades já existentes nas Américas. A terceira esfera, no entanto, é colocada de forma regulatória da população, mas também em nível individual, através da mobilização de um plano normativo, ou melhor, heteronormativo gênero-sexualizado, através do controle de nossos corpos pelo gênero e pela sexualidade; nesse momento foi imposto o modelo de família e a superioridade patriarcal, demonizando corpos e a liberdade das relações

interpessoais, mas, fundamentalmente, para isso instituindo o dimorfismo sexual e o binarismo de gênero como referentes de inteligibilidade e viabilidade, ainda que nunca alcançada, para os/as colonizados/as (LUGONES, 2014). E, por fim, o controle do conhecimento, através da instituição do Estado na definição do que conta como conhecimento e, assim, na perspectiva eurocentrada instituída nas escolas e universidades e a maioria dos lugares onde a colonização pode tocar. São nesses lugares que são implantados todas as noções do certo e errado, bom e mau, e o que é “ciência”, pois, nesse aspecto, não há dicotomia, visto que só há um saber. Para isso e de modo conjunto a localização da referência eurocentrada como hegemônica, todas as outras formas de conhecimento foram apagadas e/ou ainda sofrem investimento de invisibilização, de memorização, de destituição do status de saber, apagando também a história dos povos e a existência dos mesmos.

Falar sobre e com mulheres camponesas desde o sul global e desde o nordeste brasileiro, visibilizar suas práticas e saberes, referenciá-las, localizá-las no centro da produção do conhecimento é repensar a maneira eurocentrada que re/produz o “conhecimento legítimo”, considerando as inscrições fixadas ao nosso corpo. Se faz necessário não só citar nomes, mas entender a contribuição das mulheres camponesas para o debate em questão. É evidente que, em se tratando de uma produção acadêmica e considerando as minhas posições de privilégio, falo enquanto mulher, porém não enquanto mulher camponesa, falo enquanto mulher urbana e branca e não enquanto ou pelas mulheres negras campesinas. De todo modo, é através deste trabalho acadêmico e científico que encontro um caminho de praticar, enquanto mulher, o lugar de compartilhar com a academia, e a quem mais interessar, o conhecimento e saberes das mulheres agroecológicas da Região do Baixo Muni/MA através dos produtos propostos para este trabalho. Exercitando a tarefa de colocar no nosso dia-a-dia, este trabalho tem a intenção de através da escrita e retórico e os produtos que surgiram desta pesquisa, potencializar a visibilidade das produções das mulheres feirantes inseridas no Circuito de Feiras Agroecológicas e Solidárias.

Invisibilizar os diferentes modos de produção científica, é silenciar as práticas que explicam os distintos modos de vida e os saberes e perspectivas de conhecer de sujeitos diversos, matando a existência, assim sendo como genocídio de um povo,

tornando-as/os inexistentes para um processo no qual fizeram parte. O epistemicídio – aparato conceituado por Boaventura de Sousa Santos - o silenciamento da história contada por outras perspectivas que não sejam as produções hegemonicamente ocidentais, algo como a morte das produções de conhecimento não eurocentradas – silencia e violenta vidas, marginalizando-as.

Sueli Carneiro, em sua tese, traz o epistemicídio no campo da educação como a construção do Outro como Não-ser do conhecimento. Importa dizer que esta intelectual negra aciona este conceito para pensar como o racismo produz a educação e tem suas estratégias.

A compreensão da negação do Outro como sujeito de conhecimento, que se exprime em políticas nas quais o acesso ao conhecimento é negado ou limitado; que lhe impõem, via de regra, um destino social dissociado das atividades intelectuais; que promovem a profecia auto-realizadora legitimadora de uma inferioridade intelectual essencializada; que decretam a morte da identidade como condição de superação do estigma, condenando os sobreviventes a uma integração social minoritária e subordinada (CARNEIRO, 2005. p. 277/278).

Considerando estas tramas teórico-políticas e éticas de compreensão da vida e da ciência, investi nos primeiros contatos com o desenvolvimento do trabalho de campo para compor um trabalho que fosse capaz de abarcar todas as adversidades que existem numa pesquisa desenvolvida com seres humanos, a pesquisa qualitativa tem sido uma escolha que nos ajuda a perpassar por alguns caminhos. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é mais aberta a mudanças, se desenvolver a partir do desenvolvimento da pesquisa, trabalha com dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto entre quem pesquisa e ação estudada. É a busca por compreender os fenômenos segundo a perspectiva das colaboradoras e colaboradores.

Durante a construção dessa pesquisa, algumas mudanças foram necessárias, principalmente pelo advento da pandemia do Novo COVID-19, mudando aspectos importantes do desenvolvimento, das entrevistas, e do produto. Essas mudanças foram necessárias e possíveis dentro da pesquisa qualitativa, visto que o próprio funcionamento das feiras e o contato com as colaboradoras e colaboradores da pesquisa mudaram drasticamente.

De certa forma, a orientação por Priscila me inspira e me leva por caminhos que contribuem para que possamos humanizar a pesquisa de certo modo e reposicionar

aquela tradicional explicação sobre “sujeitos da pesquisa”. Em Dornelles (2013), a utilização da palavra colaboradoras/es para a pesquisa expressa uma relação de aprendizagem mútua.

De acordo com Serpa (2015), partilhar experiências, narrativas e reflexões produzidas coletivamente pode contar com uma identidade nossa que é expressada ao colocarmos nossas palavras, mas isso não quer dizer que temos o controle sobre essas narrativas. Significa produzir uma escrita onde essas vozes não sejam apenas ponte de apoio, mas pelo contrário, sejam um desequilíbrio nos convidando para o debate e embate.

Para compreender mais profundamente a realidade das mulheres camponesas, utilizei a entrevista semiestruturada². Para Duarte (2004), as entrevistas são essenciais quando se deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos. Se bem realizadas, as entrevistas podem permitir que a pesquisadora ou pesquisador possa se aprofundar em detalhes, de modo que seja possível perceber a diferença que cada colaboradora/or da pesquisa percebe sua realidade.

Considera-se que esses tipos de entrevistas permitem que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas, mas ainda forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas focalizadas (MAY, 2004. p.148)

As entrevistas semiestruturadas são bem mais delicadas do que aparentam ser à primeira vista. Manter a informalidade dentro de um processo formal, e conseguir alcançar o objetivo da pesquisa dentro desse contato pode ser mais complexo do que parece. A escolha da pesquisa participante se forja nos argumentos da identificação da pesquisadora com as pessoas investigadas e da necessidade do envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade, estabelecendo um laço entre quem está desenvolvendo a pesquisa e as colaboradoras/es da situação que está sendo investigada, promovendo um processo de aprendizado entre as duas partes. As entrevistas, no entanto, foram pensadas em blocos, para facilitar a divisão do que foi pensado na estrutura do trabalho. Assim, a entrevista contou com 6 blocos. O primeiro

2 O roteiro elaborado para orientar a entrevista semiestruturada encontra-se no Apêndice 1 deste trabalho.

é um bloco pessoal, voltado para questões mais pessoais, as quais me ajudaram a entender o que levou as mulheres a trabalharem nas feiras agroecológicas, qual caminho percorreram até se tornarem feirantes e o porquê. O segundo bloco gira em torno das vivências onde exploramos mais sobre a vida das mulheres camponesas e a relação com a agroecologia. O terceiro bloco está voltado para escuta sobre os saberes, o qual questiona os aprendizados durante o processo do trabalho. O quarto bloco fala sobre gênero e os embates que as mulheres enfrentam na sociedade. O quinto, um bloco político, aborda questões sobre a relação direta das mulheres feirantes, da feira e questões políticas/burocráticas para o acontecimento das feiras e nível de organicidade dessas mulheres. Por último, temos o sexto bloco que conta com informações sobre a pandemia do Novo COVID-19 e a interferência disso nas feiras e na vida das mulheres.

A escolha das mulheres para as entrevistas se deu de forma aleatória e considerando o interesse das próprias mulheres. Um ponto que favoreceu o aspecto aleatório das entrevistas foi principalmente pela metodologia da alternância na participação das feirantes nas feiras agroecológicas. O circuito de feiras agroecológicas e solidárias acontece duas vezes no mês na cidade de São Luís/MA, as feirantes que participam são de uma região do Maranhão conhecida como Baixo Munim, atualmente o circuito é composto por Rosário, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino e Morros. Com a intenção de dar oportunidade a todas as feirantes e entendendo as limitações para o acontecimento do circuito, optou-se pela rotatividade dos municípios que vem para a cidade de São Luís/MA. As duas feiras que acontecem mensalmente em dois dias seguidos. Na quarta-feira, na Praça da Alegria, centro de São Luís, e na quinta-feira no Dalplaza em formato de empório da economia solidária. Dessa forma, as feirantes que participam na quarta-feira no centro da cidade, não participam da atividade do empório realizado no Dalplaza. No mês seguinte, alterna-se também o município de participação, assim, o município que participa das feiras em um mês, não participa do mês seguinte e assim por diante. Os momentos das entrevistas foram diversos. Com o advento da pandemia, senti a necessidade de realizar algumas, de forma talvez precipitada, por temer a falta de campo nesse período de instabilidade de funcionamento das atividades (motivo que, em um primeiro momento, atrapalhou o TCLE). Por isso, tivemos três entrevistas realizadas durante as feiras e uma entrevista durante um encontro realizado

no município de Morros/MA, no mês de dezembro de 2020. Esse evento aconteceu por conta de um projeto do governo estadual, no qual o Circuito de Feiras Agroecológicas da Região Metropolitana estava inserido. Caso, não acontecesse o recurso teria que ser devolvido, o que atrapalharia algumas decisões que precisavam ser tomadas pelas pessoas envolvidas – associação Tijupá e feirantes -. As recomendações da OMS foram minimamente cumpridas.

Todas as entrevistas foram gravadas por áudio (e uma por vídeo, para a produção do registro audiovisual) com permissão das mulheres. A gravação dessas entrevistas se dá pela necessidade do estudo analítico desse conteúdo, possibilitando um mergulho mais profundo nesse momento de conversa com as mulheres. As entrevistas e momentos das feiras foram registrados com permissão das mulheres em três momentos.

A identidade das mulheres que se disponibilizaram a colaborar com as entrevistas foi mantida em sigilo no relatório para a segurança das mesmas. Por isso, durante este documento, os nomes utilizados para as quatro mulheres entrevistadas são: Terra, Raiz, Seiva e Clorofila.

Antes do meu primeiro contato com elas, eu já havia constituído uma relação com a Associação Tijupá (responsável pelo acontecimento das feiras agroecológicas), proporcionado pela construção anterior a este trabalho, a proximidade com o Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Muni/MA. O contato realizado com a associação sempre fluiu naturalmente. Contudo, como a pesquisa se desenvolveu em um período pandêmico, esse contato se fez através de ligações e conversas pelo whatsapp como forma de contato mais frequente e as demandas relacionadas ao desenvolvimento deste trabalho foram discutidas em reuniões internas da associação. Após este processo, tive a oportunidade de conversar diretamente com as mulheres participantes das feiras; e, por fim, durante uma reunião, percebi que houve a inserção de novas mulheres. Assim, junto com a associação, sentimos a necessidade de apresentar o projeto desta pesquisa e convidá-las novamente.

Durante estes dias de contato e diálogo, a conversa com as mulheres não cessou. Por isso, a necessidade de um diário de campo, pois, durante esses momentos,

era possível entender melhor a experiência da agroecologia na vida dessas mulheres, bem como a forma como as mudanças se deram a cada mês que nos encontrávamos.

A conversa como metodologia de reflexão-ação-reflexão vem sendo utilizada por alguns grupos que buscam nesta prática criar um lugar de encontro onde os sujeitos possam reinventar a si e a suas realidades através da palavra compartilhada (SERPA, 2015. p.2).

Deste modo, estes diálogos se constituíram como um caminho mais frequente e cotidiano da pesquisa e não se constituem como o momento das entrevistas de fato.

A partir das entrevistas realizadas e transcritas, produzi uma tabela de saberes³ para compor um modo analítico, um caminho de organização das falas destacando pontos específicos relacionados com os objetivos deste trabalho. Esta categorização surgiu após ler e reler as entrevistas e, neste estudo articulado com os objetivos da pesquisa, percebi que alguns pontos se destacavam no que eu buscava discutir, se tornando pontos essenciais de discussão no percorrer deste relatório.

As categorias pensadas foram importantes para que fosse mais fácil, através da divisão e criação da tabela, entender e explorar estas discussões. A primeira categoria Saberes Agroecológicos foi um tema que apareceu em todas as entrevistas. Esta categoria se configurou quando cada mulher ensinou algum aprendizado agroecológico acumulado, seja através das capacitações, seja de forma ancestral. A segunda categoria Valorização das mudanças que o CFA trouxe pra vida das mulheres, é um tema onde as mulheres feirantes falaram sobre as mudanças que o Circuito de Feiras Agroecológicas trouxe para a vida de cada uma. A categoria Protagonismo Feminino é o terceiro tema que se destacou durante as entrevistas e aponta o crescimento da compreensão da participação política das mulheres feirantes. A quarta categoria Problemáticas enfrentadas é uma categoria importante, pois foi possível perceber as limitações que as mulheres enfrentam na sua produção. A categoria Relações de gênero se faz necessária para compreender, principalmente, as fissuras existentes entre as relações das

³ Esta tabela após a organização do relatório e por proposição da banca, foi inserida no corpo do presente texto, relacionando a teoria com a própria vivência das mulheres.

mulheres envolvidas nas feiras agroecológicas e a comunidade em que estão inseridas, seja através de embates familiares ou do (não) reconhecimento do seu trabalho.

A hierarquia dentro do CFA se coloca como um tema importante para que possamos visualizar como as mulheres se relacionam dentro do Circuito de Feiras Agroecológicas, quais as relações de poder e como elas se dão. Segurança e protagonismo na relação com a freguesia caminha através do trabalho como princípio educativo que as feiras agroecológicas realizam, entendendo o papel das mulheres feirantes na construção e desconstrução de saberes dentro das cidades onde as feiras são realizadas. Avanço político na vida das mulheres é uma categoria que aborda aonde as mulheres inseridas nas feiras agroecológicas chegaram e aonde esperam chegar, usando as feiras como caminho. Mulheres agroecológicas e a relação direta com a política (falas sobre a influência das eleições no cotidiano) é uma categoria que busca entender as relações políticas dentro da comunidade e como as mulheres se posicionam frente a ela. Por fim, temos como categoria A vida das mulheres agroecológicas durante a pandemia, abordando as dificuldades que elas enfrentaram e a forma como elas estão lidando com uma pandemia mundial.

A produção do registro audiovisual indicado como produto inicial na qualificação do mestrado em Educação do Campo ficou comprometida por conta do período pandêmico, reduzindo os recursos de imagens e takes para produção do mesmo. Ainda assim, mesmo com as dificuldades de produção de material audiovisual, conta-se com um curta metragem dez minutos e sete segundos, composto com imagens sobre a dinâmica das feiras (na medida do possível) antes e durante o período pandêmico. Apesar desta problemática, entende-se a necessidade de manter o curta metragem como produto final e de somar a ele a produção de uma cartilha para que resulte em um registro de qualidade, colaborando efetivamente com a divulgação e popularização das feiras agroecológicas, principalmente na cidade de São Luís. Através destes é possível visualizar e divulgar as feiras, evidenciando, de modo mais importante, a presença das mulheres e a forma como trabalham. Além destes materiais, este relatório teórico-metodológico também se constitui, de modo secundário, como um produto do Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Para isso, foram feitas visitas às feiras agroecológicas realizadas duas vezes por mês em São Luís/MA, sempre na primeira semana de cada mês, no mês de julho de 2019. Nessas visitas, é possível perceber que as mulheres feirantes, já se sentem mais a vontade com a minha presença no local, me reconhecendo talvez como a “pesquisadora”, porém com uma certa abertura para o diálogo perceptível através dos momentos de carinho e cuidado. Isto se deu, porque, como já foi dito, apesar de em julho do ano de 2019 ser meu primeiro contato para o campo desta pesquisa, eu já havia realizado outros encontros para uma disciplina do mestrado. Nestes momentos pregressos, me coloquei em diálogo com a equipe da Associação Tijupá e a Rede de Agroecologia do Maranhão, as quais se constituem também como portas para a intimidade que tenho constituído com estas mulheres. Durante o ano de 2019, não houve contato da pesquisa propriamente dita com as mulheres, utilizei esse tempo para me aproximar das mulheres, colaborando enquanto companheira no processo de construção das feiras agroecológicas na cidade de São Luís, estratégia utilizada para criar uma relação de parceria e maior relação com elas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado como instrumento um celular Iphone 7 (aparelho pessoal) para registrar as imagens e gravações de áudio e, para a edição do vídeo, um tablet Ipad mini 2 (cedido durante a realização do projeto), utilizando o programa iMovie e Instashot. Algumas vezes, foi necessário um celular de apoio para gravar as cenas e registrar o áudio ao mesmo tempo. No que diz respeito ao roteiro da produção audiovisual, por conta da pandemia do Novo COVID-19, foram feitas algumas imagens do momento das feiras e reuniões com as mulheres na cidade de Morros/MA, e também na comunidade de São João do Rosário/MA, contando com apenas uma entrevista filmada, respeitando o distanciamento social de 1 metro e meio(qual a metragem necessária???), sempre utilizando máscaras pff2 e álcool em gel 70% Devido a paralização das feiras em 2020 e 2021, o roteiro ficou comprometido no que diz respeito ao planejamento da produção.

Para a produção da cartilha, optou-se por um diálogo mais aberto e convidativo à comunidade ludovicense. A cartilha apresenta alguns elementos na sua estrutura prioriza compartilhar: informações sobre os produtos comercializados, a periodicidade do acontecimento das feiras agroecológicas, a localização do acontecimento delas

através de mapas, um pouco da história do Circuito de Feiras Agroecológicas, a necessidade de uma feira agroecológica dentro do centro urbano de São Luís, o retorno das feiras agroecológicas no ano de 2021 e como este trabalho tem sido importante na vida das mulheres feirantes. A cartilha conta ainda com registros fotográficos de momentos das feiras agroecológicas e ilustrações reais pelo programa Photoshop – produzidas pelo artista Lucas Maciel – das mulheres feirantes e uma ilustração cartoon que consta na capa da cartilha também produzida pelo artista.

As feiras agroecológicas do circuito foram paralisadas no mês de abril de 2020 pelo advento do período pandêmico do Novo Covid-19 por decisão governamental do atual governador do estado do Maranhão, Flávio Dino. Mesmo dentro da categoria “serviço essencial”, coletivamente, foi decidido o não retorno do circuito até que se pudesse, minimamente, compreender como se dava esta nova doença. Sem perspectivas de retorno, as feiras ficaram paralisadas até o dia quatorze de outubro de 2020. Durante esse período de hiato, em conversa com a orientação, decidimos que no momento de retorno das feiras, seria interessante manter um diário de campo, para tentar acompanhar o trabalho das mulheres agroecológicas diante da pandemia do Novo COVID-19.

Após o retorno em 14 de outubro de 2020, o Circuito de Feiras Agroecológicas e Solidárias funcionaram até o mês de fevereiro de 2021 e foram interrompidas em função do agravamento e aumento do número de casos do Novo Covid-19 e, até então, sem perspectiva de vacinação da população.

A cidade de São Luís e o estado do Maranhão, no entanto, conseguiram garantir a vacinação em massa da população, principalmente, após a variante indiana chegar ao estado através do Porto do Itaqui. Dessa forma, com mais de 54% da população vacinada, segundo a Prefeitura de São Luís, o Circuito de Feiras Agroecológicas se organiza para o retorno no dia seis de outubro de 2021 e, considerando ainda, que todas as feirantes estão vacinadas.

Com a expectativa do retorno das feiras agroecológicas, pretende-se finalizar uma parte importante deste trabalho que não foi realizada devido as conturbações pandêmicas. O diálogo aberto para o preenchimento do documento do termo de consentimento livre

e esclarecido, tem sido feito virtualmente através do aplicativo Whatsapp, onde o termo foi lido completo para as mulheres através de áudio para que possam concordar com a sua participação, no intuito de buscar outras formas de colocar a par essas mulheres sobre o uso de suas entrevistas e imagens. Porém, considerando as referências escritas do universo acadêmico, como objetivo, no dia 6 de outubro, a proposta é que seja lido novamente o termo e, finalmente, assinado por elas, para que seja anexado a este trabalho como apêndice.

Apesar do discurso, a ciência não é neutra, ela sempre terá um objetivo. Por isso é valioso que o espaço científico seja disputado por quem busca a transformação de uma sociedade, seja para denunciar, compartilhar com o mundo boas práticas e, através disso, modificar a realidade.

A primeira constatação é a de que a ciência e o trabalho científico apresentam uma nítida conotação de classe, quer dizer, as análises da sociedade sempre se pautam por uma determinada visão do mundo, interpretações que se fazem a partir de um posicionamento definido e não por um distanciamento neutro (SILVA, 1986. p.49).

Houveram conversas onde fui convidada pela Tijupá para conversar diretamente com as mulheres e explicar o trabalho realizado. Assim, houve a troca de informações, momentos de perguntas das feirantes para entender tudo o que seria realizado e pesquisado e, após esta conversa, foi realizado um convite coletivo para que as mulheres pudessem colaborar com a pesquisa e se sentissem a vontade e interessadas em construir.

Por ter desenvolvido, há anos atrás, um trabalho com essas mulheres, a porta já estava entre aberta, principalmente por ter levado de volta o resultado da pesquisa. O desaparecimento (não retorno) após o campo é um aspecto que “mancha” a pesquisa de campo nas comunidades, visto que, muitas vezes, a pesquisadora ou o pesquisador chega nas comunidades para desenvolver a pesquisa e não retorna com os resultados, deixando as pessoas que colaboraram na dúvida sobre a procedência da produção científica e questionando sobre o retorno dessa participação.

Os produtos deste trabalho (cartilha e registro audiovisual) foram compartilhados com as mulheres de forma virtual para que possam apontar melhorias

na produção de modo virtual, pela falta de acesso a internet, não obtivemos retorno do documentário, apenas da cartilha. As mulheres se sentiram satisfeitas e não apontaram nenhuma mudança na cartilha. Em reunião com a Associação Tijupá, acordamos uma reunião presencial com todas as feirantes para compartilhar o documentário, no dia 27 de outubro, 2021. No dia 6 de outubro, as mulheres terão em mãos cópias impressas das cartilhas para que possam ter o primeiro retorno deste trabalho e, principalmente, para que possa apreciar este material para a produção de uma versão final. Pretende-se, no entanto, que essa cartilha seja impressa em grande quantidade para que possa ser distribuído por São Luís.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: UMA RELAÇÃO DE SABERES E SABORES

Começar um tema falando sobre a educação do campo ao meu ver é de grande importância para que possamos iniciar este trabalho que busca entender os processos educacionais do trabalho nas feiras agroecológicas.

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012. p. 259).

Este trabalho se entrelaça a educação do campo no momento em que se percebe que o Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Munim/MA e da Região Metropolitana incide sobre o trabalho, cultura e as lutas sociais camponesas, se colocando como linha de frente no embate entre projetos de campo e lógicas de agricultura. A dinâmica das feiras agroecológicas oferece a quem participa (de forma como feirante, organizadora/or e clientelas) um processo educacional em vários níveis. Focando especificamente nas mulheres feirantes e como esta educação atravessa a vida delas, percebemos então a necessidade de compreender mais como esta ação se dá. A relação da educação do campo com as mulheres agroecológicas do Baixo Munim/MA acontece numa via de mão dupla, pois as mulheres feirantes desempenham um papel de educadora, para a cidade em que as feiras agroecológicas são realizadas e para a sua comunidade, através das suas vivências nas feiras. Assim, ao passo que estas mulheres aprendem com as feiras, elas se tornam a cada dia mais figuras educadoras em suas comunidades, transformando suas relações através das suas vivências. Este processo aparece a partir do momento em que a comunidade percebe mudanças de comportamento na vida das mulheres feirantes, como o exemplo da feirante *Raiz*, que fala sobre as transformações que as feiras agroecológicas proporcionaram em sua vida:

Raiz: “Antes...oh mermã, antes nunca que se tu fosse me perguntar uma coisa eu ia te responder, hoje não, hoje eu já consigo falar normal com qualquer pessoa. Então foi um crescimento muito grande pessoal, pra mim, né? Eu evolui muito, melhorei muito, muito como pessoa. O mais importante que eu agradeço muito à Deus assim, minha mãe e a TIJUPÁ, eles sempre acreditaram na gente assim, nunca desistiram da gente, né? Toda dificuldade, mas eles nunca desistiram da gente. A gente acha que a gente não é capaz, né? Mas a gente é capaz sim...Eu aprendi a compartilhar mais, né? A conversar mais, então tudo isso mudou muito a minha vida. Tem uma troca de experiência, né? Com as colegas...tem todo um incentivo, é uma apoiando a outra, graças à Deus. ” (07 de janeiro, 2021. p. 2)

Essa troca de experiência que a feirante *Raiz* relata é interessante porque muitas vezes se dá de forma natural, no momento das feiras, na sua vida comunitária e em sua vida pessoal. O crescimento, enquanto sujeita política, tem o poder de transformar o meio em que ela vive, através do respeito pelo seu trabalho.

O relato da feirante *Seiva* é interessante e toca em outro aspecto do processo de ensino e aprendizagem que ocorre com a realização da inserção das mulheres nas feiras agroecológicas:

Seiva: “Ela transformou a vida das mulheres que participam da feira, de uma maneira sustentável, porque? Aí a gente acaba colocando o marido no meio, né? Porque eles ajudam elas, nem todos ficam de braços cruzados, ajudam ela também, e quando ta faltando alguma coisa em casa, que é dia da feira, elas já trazem aquilo pra casa, elas se sentem úteis, não só dizer “ah, só o marido que sustenta a casa” não, elas também sustentam a casa, e o sustento vem da feira também...” (10 de dezembro, 2021. p. 3)

A inserção dos companheiros nos processos das feiras, mesmo que eles não estejam presentes no momento em que as feiras são realizadas, por fim é um momento onde a feirante *Seiva* e outras feirantes se tornam educadoras, por ensinar, principalmente, a importância de ser “sustentável” como ela coloca em sua fala. Os companheiros participam dos processos e durante sua participação aprendem sobre agroecologia. E, assim, o processo de ensino dentro das comunidades ocorre de maneira

fluida no dia a dia.

Se tornar educadora dentro de sua comunidade é um processo grande, pois abarca muitos aspectos de aprendizado. Em falas anteriores, percebemos protagonismos educativos das mulheres de formas distintas. A feirante *Raiz* em sua fala coloca seu crescimento enquanto sujeita política. Enquanto presidente da associação de mulheres da comunidade, ela exerce um papel de poder, onde não só para as mulheres envolvidas nas feiras agroecológicas, a associação beneficia toda a comunidade. Através de programas como o PNAE e o PPA, que envolve outras pessoas que tem interesse de participar em São João do Rosário, processos organizativos e burocráticos da própria associação de mulheres na qual ela é presidente. Esse processo, educa a comunidade da importância de uma organização, do funcionamento dos programas, e até capacitações para beneficiamento do que é produzido na comunidade e pode ser oferecido como merenda escolar.

Na fala da feirante *Seiva* é possível perceber um processo educacional distinto, que diz respeito a importância da produção “sustentável”/agroecológica. Produtos limpos de agrotóxicos, saudáveis, transformando a vida daquela comunidade, aumentando a qualidade de vida. Mas, também, há processos práticos, que foram levados pelas capacitações da Associação Tijupá, os quais transformaram primeiro a forma de plantar das mulheres envolvidas nas feiras agroecológicas, e, posteriormente, a vida da comunidade. Como nos diz a feirante *Terra*:

Terra: “Ensinando mesmo, assim é que faz. Por exemplo a maniva que na época lá no nosso tempo só plantava a maniva com a mão, tinha que olhar bem onde tava o olho da maniva, pra não plantar de olho pra trás...é porque de primeiro eles plantavam só na enxada , aí a gente tinha que pegar o pau da maniva pra plantar e não plantar de olho pra trás, e hoje a gente aprendeu já uma outra tecnologia, só passa o pé, faz uma cova rasa, passa o pé e pronto. Deixa lá que ela nasce! ” (07 de janeiro,2021. p. 5)

Nos últimos meses, tivemos a inserção de mulheres da Região Metropolitana de São Luís do Maranhão, mudando um pouco a dinâmica das feiras realizadas nas cidades. As mulheres das zonas rurais de São Luís, inseridas até o momento, trabalham com o artesanato, com a matéria prima do buriti, da bananeira e da juçara. As mulheres mais urbanas têm uma vivência diferente das mulheres feirantes das comunidades do Baixo

Munim/MA. Percebe-se estas distinções em âmbitos como cultura, tradições, vida na cidade “grande”, dentre outras coisas.

Essas realidades mescladas são interessantes para vislumbrar como cada uma delas pode ser, ao mesmo tempo, educadora e educanda. Essa troca de saberes é fundamental dentro da educação do campo. Entretanto, as mulheres que manejam agroecologicamente a terra possuem técnicas que as mulheres que trabalham com o artesanato não possuem e vice-versa, influenciando cada uma delas a iniciar práticas diferentes em suas casas e quintais.

A perspectiva da ação direta das mulheres feirantes nas feiras agroecológicas é uma experiência fundamental para a Educação do Campo. Promovem o trabalho como princípio educativo, sendo esta educação em vários âmbitos do conhecimento. Compartilhar uma prática partindo do Maranhão, um Estado do Nordeste, onde o IDH é o segundo mais baixo do Brasil (0,639), é divulgar que as experiências agroecológicas no campesinato são capazes de produzir vidas numa região conhecida historicamente por ser desvalorizada e desumanizada pelo descaso do Estado. A pesquisa realizada a partir deste trabalho das feiras agroecológicas entrelaçada com a educação do campo, compartilha um ato de resistência contra a falta de políticas públicas voltadas para a vida no campo no nordeste brasileiro.

Então, escutar e visibilizar estudos com estas mulheres é contribuir para que possamos pensar em sujeitas/os do campo em um plural alargado e disputado, bem como para que possamos evidenciar que a Educação do Campo é uma área que prioriza proposições educativas e sócio-econômicas para a sociedade.

Segundo Roseli Salette Caldart, no livro *Dicionário do Campo*,

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012. p.259)

Quando trabalhamos o lugar das mulheres camponesas, tratamos sobre o que Caldart fala na citação acima, pois envolve a luta social dos camponeses, um local de disputa e política. Também acionamos posições de sujeita/o invisibilizadas/os pela sociedade e por perspectivas teóricas contributivas e constitutivas do debate principal da Educação do Campo. Nesse sentido, precisamos escutar a narrativa destas mulheres e analisar os modos de produção da vida a partir da trama entre colonialidade, raça, gênero e capitalismo. A trama histórica e teórico-acadêmica que investiu na produção da modernidade e na explicação da sua produção da diferença e dos modos de transformar essa diferença em desigualdade, estabeleceu o que é o humano (e pode explorar) e o não humano (passível de ser explorado) tanto a partir das referências propositivas de desigualdade, como por aquelas produções teóricas que acionaram bases eurocentradas e supostamente capazes de explicar a produção da vida e do que conta como humano como um todo.

Quando falamos em América Latina e países do sul, que foram abruptamente colonizados pela Europa, a primeira forma encontrada para dividir quem deveria explorar e quem explorava, era a raça. A classificação dos povos pela categoria raça se constitui a partir dos investimentos coloniais (QUIJANO, 2005) e tendo como base o padrão de parte da Europa como referência. Surge então, os humanos e os não humanos, baseados na superioridade de quem chegou para colonizar e, a partir de diferentes caminhos de dominação, como a colonialidade do poder, do saber e do eu, determinou quem eram as/os inferiores. Esta classificação é a base das explicações que constituiu a escravização de povos. É a partir da colonização que nasce o conceito de raça, onde existe o europeu –padrão mundial, homem, branco, heterossexual e cisgênero- e os corpos que a partir desse parâmetro podem ser escravizados por não se encaixarem nas categorias europeias.

Seguido dessas categorias, visualizamos uma outra forma de desumanizar baseada no gênero. Onde o homem europeu consegue encontrar no homem (biologicamente falando) escravizado alguma semelhança, mas não encontra semelhança alguma nas mulheres que já haviam sofrido a separação baseada na raça.

Assim, neste estudo que será baseado em uma pesquisa de campo, de referências bibliográficas e de prioridade teórica e política na visibilidade e escuta das narrativas de

mulheres camponesas feirantes, que acionam questionamentos sobre como a Educação do Campo conseguiu/consegue, enquanto produção do conhecimento, evidenciar e problematizar e constituir perspectivas para as mulheres camponesas.

A educação do campo parte de um lugar que se entende como necessário, importante e fundamental para a educação como um todo: no meio rural a educação não deve ser mera reprodução hegemônica, que não contempla as necessidades e a realidade do meio rural brasileiro e com prioridade das narrativas das sujeitas/os. E, por isso, como Roseli Caldart (2012) nos orienta que a educação do campo é um fenômeno que tem como protagonistas camponesas/es, os quais, coletivamente, decidem como essa educação vai se produzir. Vale lembrar que ser sujeitas/os protagonistas e decidir coletivamente significa produzir este conhecimento, também, através do reconhecimento de que são detentoras/es de saberes fundamentais para a reprodução da vida (das suas e de muitas outras, trazendo inclusive e de modo fundamental a reflexão sobre a produção de uma alimentação mais saudável). Há uma diferença clara entre educação rural e educação do campo. Por sua vez, a educação rural é apresentada como uma mera reprodução de um ensino, podendo ele ser tecnológico ou não. É uma educação que reproduz as formas hegemônicas de ensino do mundo, onde tem como valor a meritocracia, a competição e a avaliação baseada não no aprendizado, mas no ato de decorar respostas sem instigar na/o estudante a capacidade de análise crítica, transformando-as/os em um depósito de conteúdo onde a figura de quem está a frente da sala de aula é responsável por depositá-los; conhecida como “educação bancária”. De modo contundente, a educação rural não considera como prioridade para a construção da sua proposta pedagógica a vida e a cultura e os sujeitos do campo, levando ao campo os referentes hegemônicos e invisibilizando os modos de vida, os saberes, os fazeres e a importância da luta camponesa cotidiana.

Assim, ao não questionar os referentes hegemônicos de raça, gênero, colonialidade que constituem o capitalismo como modo de produção da vida, a educação rural serve para a produção de uma mão de obra barata para as cidades ou das grandes empresas que estão localizadas no campo. Paulo Freire (1968) acredita que é inerente ao ser humano expressar-se e expressar o mundo através de seu trabalho e que o papel da educação é estimular esse desenvolvimento, essa necessidade inerente.

Para ele, uma educação bancária faz exatamente o contrário, ela tem a capacidade de podar essa expressividade, doando outras expressões que a/o educanda/o “capitaliza” e quanto mais a/ educanda/o o fizer, melhor ele será considerado.

Por isso, as metodologias, didáticas e a forma como acontece a educação rural, são diferentes de como acontece a educação campo. Tendo esta segunda, o princípio da horizontalidade, onde quem está à frente da sala de aula se identifica com as/os estudantes de forma a considerar que as vivências de cada pessoa que compõe aquele cenário da sala de aula são referentes para a construção coletiva do conhecimento e para a transformação do mundo.

Durante os anos de 1960 (anos que se intensificou a educação rural, conforme Marlene em 2012), houve a expansão da Revolução Verde, que prometia o desenvolvimento do campo e a produção de alimento de uma perspectiva capitalista onde a terra se torna mercadoria não acessível a quem sobrevive dela (camponeses, quilombolas, ribeirinhos, povos da mata, indígenas, povos de terreiro) e a produção se torna commodities, ditando como a agricultura funcionaria de ali em diante, assegurado por um tripé da modernização que impõe a mecanização agrícola, sementes geneticamente modificadas e venenos para as plantas, “pragas” e seres humanos.

A introdução da educação rural se constitui na esteira de um projeto de destruição, visando a produção de uma classe que servisse a uma minoria, de forma barata e até escravagista.

A educação do campo surge com o protagonismo das mulheres camponesas, as quais preocupadas com a educação de suas crianças, trazem para dentro dos movimentos sociais do campo a demanda de uma educação que seja, afinal, uma perspectiva que se constitua a partir das suas vidas e das suas comunidades como proposta de enfrentamento aos modos de dominação. Afinal, as escolas rurais não eram capazes de suprir as necessidades presentes no campo de forma que compreenda os processos em que as diversas sujeitas/os passam. Por exemplo, no processo de ocupação das terras, alguns relatos de mulheres presentes na Pedagogia do Movimento (2000) evidenciam que as professoras/es das escolas rurais não eram capazes de entender o porquê do Movimento Sem Terra realizar ações de ocupação e, assim,

ensinavam nas escolas que as ações dos pais e mães daquelas crianças nas ocupações eram crimes. Este exemplo, dentre tanto outros, colocaram ao MST a necessidade da luta por uma educação que estivesse ao lado de sua luta e não contra ela.

No histórico de produção da educação do campo como área, a educação do campo se constituiu a partir de três fontes principais: Pedagogia do MST, Educação Popular e Pedagogia Socialista.

A pedagogia do MST, conhecida como Pedagogia do Movimento. Segundo Caldart (2000) a pedagogia do movimento surge dentro de uma dinâmica social do campo e tem como objetivo a formação humana relacionando-se com a luta social e, de forma mais direta, com a reforma agrária. A educação é uma bandeira importante para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, porque ela é, além de tudo, o trabalho de base necessário para que a luta continue e tem como objetivo a conquista de cada vez mais espaço para produzir suas próprias escolas. Por isso, possui a tarefa de formar educadoras e educadores do campo para que seja respaldada a ocupação das escolas. Estudar a história do movimento é estudar a história da educação do campo.

A educação popular realiza representações e promove a diversidade do povo, tem como objetivo a desconstrução de uma autoimagem negativa produzido pela sociedade, colocando nossas sabedorias no campo, constituídas como do teor do não científico. O reconhecimento de uma forma de vida rica em conhecimento oriundo dos saberes populares de acordo com os movimentos culturais, a ancestralidade e o reconhecimento do povo como produtor de saberes é também uma das tarefas da educação popular. Dessa forma, Miguel Arroyo (2009) colabora afirmando que:

O movimento de educação popular se propõe, ainda, outra tarefa: desconstruir os imaginários sociais negativos sobre o povo e mostrar sua inconsistência. Contrapõe-se a estes imaginários, mostrando sua função política, segregadora. Uma forma perversa de silenciamento e marginalização tem sido nomeá-lo através da diversidade de metáforas e imagens negativas e depreciativas do povo, que tentaram inferioriza-lo a ponto de não ter sentido político e cultural reconhecê-lo. Ora são destacadas umas representações do povo, ora outras, mas se mantém uma persistência de significados negativos (ARROYO, 2009. p.402).

A educação popular, nesse sentido, de evidenciar os saberes dos povos, inclusive do campo, questiona o lugar privilegiado da produção acadêmica e dos modos de produção do conhecimento constituídos dentro dos muros da universidade, os quais são

respaldados pela meritocracia e competição, que trata o conhecimento popular como folclore, tradição, empírico e primitivo. É possível perceber o quão científico é a vivência nas feiras agroecológicas, como nos ensina a feirante *Clorofila* na produção do óleo de andiroba:

Clorofila: *“Andiroba a gente junta ela, ela cai. Ela fica primeiro uma fruta que é o ouriço, a gente chama ouriço, aí ela cai, quando ela cai a gente vai e junta as castanha, aí coloca num latãozinho e coloca fogo pra ela ferver, aí quando ela ferve a gente deixa ela durante 15 dia... Põe água, pra cozinhar. Aí com 15 dia que ela ta de cozida, a gente pode começar a tirar, aí a gente vai tirando a massa e colocando na táuba, aí vai amassando, aí vai até ela engordar. Você tem que amassar ela, até ela engordar, quando ela engorda, ela começa a minar o azeite, aí começa a escorrer o azeite... aí você apara o azeite, aí quando ela acaba de secar o azeite ou mermo o branquinho que é esse aqui, aí você pega o resto que fica aquela borra, e você passa num tacho de novo, esquenta ela no forno e mete no tapiti, pra tirar o azeite e aí o azeite sai preto, aí esse só é pra sabão, aí esse aqui não. É pra beber, pra passar no corpo, na pele, porque ele ta branquinho, aqui ele é o do sol mesmo. A gente apura esse assim, sem ir no fogo, porque quando ele vai no forno ele fica moreno, bem moreno. Tudo depende do manejo e a pessoa saber fazer...”(07 de janeiro, 2021. p. 4)*

A terceira fonte que serve como base para a educação do campo é a Pedagogia Socialista, referência para muitos movimentos sociais mundiais. Esta proposta é formada por muitas experiências socialistas ao redor do mundo, contribuindo para a construção dos princípios da educação do campo através de suas experiências. A pedagogia socialista não é composta apenas das experiências da Rússia na época da União Soviética e Europa Ocidental, há também as pedagogias socialistas cubana, mexicana e a espanhola⁴. Tais experiências foram marcadas por erros, acertos e contradições, por ser uma experiência que foi se constituindo de acordo com a luta.

4 Em Cuba, um outro princípio de sua pedagogia socialista é também a combinação entre estudo e trabalho, relacionando a teoria com a prática, a vida real com a escola, incutindo a importância do trabalho manual e do trabalho intelectual, horizontalizando os processos educativos. A pedagogia socialista da Rússia foi um movimento educativo e cultural das classes trabalhadoras, focado na formação de uma classe trabalhadora capaz de pensar criticamente a sociedade. Tinha como princípio o trabalho produtivo com a aprendizagem escolar para a educação tanto de crianças como pessoas adultas, com intuito de desenvolver disciplina interna. Na pedagogia socialista Mexicana, houve um forte movimento

Dessa forma, a educação do campo é embasada politicamente por experiências que promoveram uma forma de aprender encharcada e enraizada na experiência dos sujeitos e na luta de classes, com uma proposta de libertação de seu povo, compondo perspectivas de assunção do campo de modo crítico e não como meros coadjuvantes na construção de sua própria história. Consideramos importante trabalhar a perspectiva das mulheres no contexto do campo brasileiro e, assim, pautar essa luta pela visibilidade das mulheres e de suas práticas políticas e infrapolíticas ativas e de resistência tanto ao modo de organização da modernidade capitalista-sexista-heterossexista-racista, como a partir dos silêncios sobre as suas experiências e protagonismos dentro das discussões da área da Educação do Campo.

Atos de resistências significativos na vida das mulheres feirantes, como o poder de falar, de se posicionar. Falar, para as mulheres do campo, é resistência e política. O exercício de existir enquanto sujeitas, como nos confere a feirante *Seiva* a seguir:

educacional no México durante a Revolução Mexicana (1910 – 1917), onde o estado junto com a população se organizou para garantir o direito a educação, num país onde o índice era de 84% de pessoas analfabetas. Houveram também grandes organizações das classes estudantis e de professoras/es que se organizaram em luta para a conquista por mais educação. A pedagogia socialista libertária espanhola, teve um caráter experimental que tinha como base a educação para libertar e a liberdade para educar. Assim, essa pedagogia não houve uma metodologia fechada, mas havia como pilar uma educação antiautoritária, solidária, autogestionada e integral. Vale lembrar que foi uma experiência marcada por contradições, contribuindo para a educação do campo através dos princípios de solidariedade, de apoio mútuo com intuito de fortalecer um projeto de sociedade.

Este estudo está disponível no livro *Dicionário da Educação do Campo* (2012).

Seiva: “É, graças a Deus, eu sou muito tímida, né? Eu to falando assim, mas eu sou muito tímida. Eu não gostava muito de falar assim em público onde tinha muita gente, tipo assim, é, isso me deu mais como que eu digo, forças pra eu ter coragem de falar o que eu acho certo, o que eu acho errado, qual a minha opinião em vários termos, né? Por exemplo, hoje, não só eu, mas depois da feira, muitas mulheres se sentiram empoderadas, tem a coragem de falar, tem a coragem de expor o pensamento. Pra mim, eu conheci muitas pessoas, muitas mulheres que fazem parte também da feira, que lutam por uma causa justa, por uma alimentação saudável, por...contra o veneno, né? Que ultimamente, o Brasil é um dos países que mais consumidores de veneno, e isso acaba com o ser humano, porque ocasiona varias doenças e acaba com o ser humano. E eu conheci pessoas muito muito muito corajosas, né? O que elas relatam, eu acho que eu não teria coragem de fazer e falar, eu acredito que elas sejam muito corajosas.”(10 de janeiro, 2020. p. 2)

Além disso, a feirante *Seiva* fala sobre a luta das mulheres contra o agrotóxico, colocando o ato como uma “causa justa”.

Assim, é através da inclusão e da valorização dos trabalhos realizados pelas camponesas que serão naturalizadas o papel protagonista destas e minimamente diminuídas as contradições e opressões que são sofridas por elas no local em que vivem. Pois, é fundamental que possamos visualizar que os movimentos sociais e as pedagogias construídas com um projeto de emancipação articuladas à educação do campo são realizadas no dia a dia por homens e por mulheres, sujeitas/os de uma sociedade constituída e embebida historicamente pelo machismo, pelo racismo e pela invisibilização de pessoas baseadas em algumas diferenças consideradas como marcadores de desigualdade.

Então, compreender o funcionamento dos processos que constituem e legitimam os modos de dominação na modernidade e problematizar, questionar e se posicionar para a desconstrução e mudança deste é cada vez mais urgente para nós e todos/as que investem na proposição do respeito e dos modos de regulação da vida a partir de perspectivas multirraciais e pluriculturais em distintas cosmologias, saberes, fazeres e constituições de humanidade dos povos.

Este caminho de questionamentos no permite observar e analisar os corpos que não são considerados corpo digno, viável, possível e, conseqüentemente, humano

dentro da perspectiva do campo, porque essa também é uma luta da educação. Falamos sobre mulheres, indígenas, quilombolas, negras/os e muitos corpos que são marginalizados em nossa sociedade. Junto a estes povos e sujeitos coletivos, nos perguntamos sobre as pessoas LGBTQIA+ nos espaços, como a educação do campo tem evidenciado e tratado os corpos que são de maneira brutal silenciados e mortos todos os dias no mundo em função de uma ruptura com as heteronormas.

A classe LGBTQIA+ existe no campo e ela precisa falar, precisa produzir conhecimento e ter este reconhecido. Considerando a movimentação política construída com efeito na delimitação de uma atuação acadêmica como educação do campo, é fundamental constituirmos perspectivas científicas que questionem um científico silencioso sobre as produções gênero-sexualizadas-racistas do que conta como conhecimento e como corpo, assim, temos que abrir cada vez mais espaço para este debate. Onde estão as pessoas trans dentro do campo que eu estou pesquisando e que lugares de privilégio ocupam as pessoas cisgênero? Se as pessoas trans não estão compondo a pluralidade de sujeitos do campesinato brasileiro, onde elas estão? Elas não existem? Ou são silenciadas e muitas das vezes expulsas de lá para a cidade? E as mulheres camponesas cis e negras? E as mulheres camponesas trans e negras? O que os silêncios dizem e ensurdecem quem pergunta?

A educação do campo tem como princípio a diversidade, não deixaremos que esta seja a inclusão apenas das nossas pautas, mas que seja uma ferramenta para a diminuição de uma colonização do saber, do poder e dos sujeitos-vozes que importam e das que não importam. Se as tarefas de transformação da realidade estão dadas, assumimos aqui as inspirações decoloniais para seguir as inspirações também do poeta e filósofo Eduardo Galeano (1940) “somos enfim o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia.”

Temos um trabalho que foca as mulheres das feiras agroecológicas do Circuito de feiras agroecológicas e solidárias, da Região do Baixo Munim/MA, mas se elas vivem invisibilidades e ausências de reconhecimento e/ou silenciamento no coletivo onde vivem, quais investimentos de subjetivação hegemônicos entremeados a modos de

resistência se constituem nas proposições coletivas e infrapolíticas de alianças e de agência ativa destas mulheres camponesas?

Falaremos então dos princípios referendados por um documento produzido pelo MEC que tem como título: Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. Tendo como princípio pedagógico o papel da escola como formadora de sujeitas/os articulada a um processo de emancipação humana, o documento colabora com a pesquisa, ao trazer que este princípio referenda a formação humana como todo processo educativo que possibilita ao sujeito constituir-se, enquanto ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade, de ver e corrigir erros, de cooperar e de relacionar-se eticamente, situando que a educação como formação humana é também uma ação cultural; e, neste sentido, engloba conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos construídos no processo educativo, o qual deve ultrapassar toda a vida escolar. Assim, precisa acolher os saberes acumulados pela experiência de vida dos educandos e a dinâmica em que está enraizado este processo para que se torne válido o princípio determinante da escola vinculada à realidade dos sujeitos (BRASIL/MEC, 2005).

Quando se fala de comunidade, fala-se de um todo, cada pessoa tem o poder e o domínio sobre algo, podendo assim colaborar para esta construção. Vincula-se este princípio a diversidade de saberes dos povos. As mulheres camponesas possuem conhecimento, assim como as mulheres indígenas tem propriedades de outros conhecimentos e, também, os quilombolas e, ainda, as mulheres de terreiro. Assim, constituímos e legitimamos os saberes coletivos, comunitários, ancestrais dos povos do campo e comunidades tradicionais.

O princípio pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo vincula-se a um compromisso com a cultura do povo do campo e com uma educação pela memória histórica, pois, nesse processo de valorização, cada pessoa, ou grupo de pessoas, pode se perceber como parte de um processo “que se enraíza no passado e se projeta no futuro”, no sentido da produção da própria cultura, representação arte e palavra (FERNANDES; ARROYO; CALDART, 2004, p. 55).

Durante as feiras agroecológicas realizadas na cidade de São Luís, percebe-se como as mulheres feirantes se percebem como parte do processo educativo da freguesia. A feirante *Seiva* comenta sobre a quantidade de coisas que tem pra falar/ensinar aos clientes mas que muitas vezes, a dinâmica das feiras não permitem, provando através de seu relato que de fazer parte de um processo pedagógico, o acúmulo que as feirantes possuem, muitas vezes vão além do espaço que elas tem de falar:

Seiva: *“Perguntam muito, perguntam muito como faz... “Como que faz isso?” muita das vezes a gente vai, explica como é. Não tem como a gente fazer oficinas nas feiras por conta que pra explicar detalhadamente, tudo...passo a passo, né? Porque não tem condição mesmo, porque a gente já ta ali numa hora, em um dia, apertado, corrido, mas a gente acaba explicando pro cliente, que tem muitos que não sabem...” (10 de janeiro, 2020. p. 3)*

A agroecologia se coloca para o campesinato como um modo de produção do conhecimento que se constituiu com referência na ancestralidade local, , respeitando a natureza, as épocas de plantio, as intuições, os saberes sobre o tempo, sobre a terra. Um contato com a terra que promove trabalho e vida. Para Ana Maria Primavesi (2006), a ecologia consiste num sistema natural de cada local. Esse sistema funciona numa relação entre solo, clima, todos os seres vivos envolvidos e as relações interpessoais entre esses componentes. O trabalho ecológico é o respeito pela teia da vida de acordo o manejo dos recursos naturais são feitos. Alterar o mínimo possível para que o potencial natural seja aproveitado. A agroecologia depende do saber e percepção de cada camponesa/ês que trabalha com a terra, e de suas experiências e observações locais. Estes saberes muitas vezes se dão numa construção cuidadosa da percepção diária da natureza e repassados de forma ancestral na terra.

Componho, aqui, a agroecologia, em suas tramas aliançadas com as agências comunitárias e ancestrais de produção de conhecimento, como uma prática decolonial de trabalho, se colocando no embate contra os referentes hegemônicos do que é produzir, resgatando os saberes dos territórios e afirmando os lugares dos sujeitos, culturas e cosmologias, utilizando práticas que hoje não são mais tidas como as “convencionais” dentro da agricultura após a Revolução Verde.

O que atrapalhou a convivência com a natureza foi a palavra bíblica onde Deus disse ao homem: 'Enchei a terra e dominai sobre ela!'. Mas é de duvidar que este 'dominai' significa quebrar todas as leis e destruir todos os equilíbrios e criar o caos. Dominar pode ser dentro das leis, manejando. E dominar pode ser fora das leis, destruindo. Como a destruição nos jogos numa luta sem fim e sem esperança de vitória, é mais do que lógico que tentaremos manejar a terra dentro das leis da natureza (PRIMAVESI, 2020. p.57).

A participação de toda a comunidade, como é vista através dos princípios, é de suma importância para o desenvolvimento da educação do campo. No entanto, a participação da comunidade deve incluir todas as pessoas que compõe aquele coletivo, sem restrição, sem distinção de pessoas. A diversidade é estritamente ligada com igualdade, faz parte dos princípios do estado democrático. Quando tratamos de educação, é essencial que haja condições para que se possa fazer o reconhecimento da heterogeneidade social e resguarda-la como direito de todas e todos, alicerçado pela equidade dos grupos sociais. Reconhecer as diferenças é dar visibilidade as sujeitas e sujeitos que tem a necessidade de inserção na sociedade, de ser reconhecidas/os e ter sua identidade respeitada.

A agroecologia é um princípio importante da educação do campo e serve como estratégia para emancipação das pessoas que trabalham e vivem no campo, sejam elas organizadas politicamente ou não. De acordo com o Ministério da Educação (2008, p. 43), o desenvolvimento sustentável localmente estabelecido prima pela manutenção dos ecossistemas, dos agroecossistemas e das culturas locais, sendo fundamental estabelecer ligação, interação e relação com o todo; mas, esse desenvolvimento começa com as práticas imediatas e as vivências dos povos do campo e toda a sua riqueza e diversidade socioculturais e etnoculturais. Portanto, saberes e tradições.

Aqui, para mim, a existência envolve a/o sujeita/o e a relação que se tem com as infinitas formas de vida da natureza, que parte da relação da produção de matéria orgânica até a vida que temos como mais consciente, no caso seres humanos. Por isto, a educação do campo se articula com a agroecologia com uma proposta que aciona e legitima a ciência acadêmica e dos povos, valorizando o conhecimento local e propondo questionamentos aos modos de produção capitalista. A agroecologia como modo de

vida propõe a relação entre os componentes citados, sendo um caminho possível para a conceber uma educação do campo.

O processo de construção da agroecologia - e no caso em particular das feiras – têm permitido às mulheres construir conhecimento, espaço e exercício político com efeito na possibilidade de participar da tomada de decisão em questões que envolvem a unidade de produção familiar. Isto acontece à medida que elas fazem experimentações, participam de cursos de formação, protagonizam a produção e a comercialização, agregando todas estas atividades às tarefas anteriormente executadas. Como relata a feirante *Clorofila* sobre a participação dentro das questões familiares:

Clorofila: *“se meu marido não quiser me dar (dinheiro) ó...ta tudo certo, eu me viro (riso), a gente já é mulher que a gente já ajuda a levantar a família, a gente não espera.” (07 de janeiro, 2021. p. 3)*

A promoção da agroecologia é uma pedagogia horizontal, havendo sempre uma troca de saberes, seja entre assistência técnica e as camponesas, seja entre o próprio coletivo/comunidade. Ao participar de um curso de formação, o aprendizado circula entre as pessoas que participam e não partem da/do educadora/or para a/o educanda/o. Além disso, incentiva a organização cada vez mais orgânicas dos povos propondo que as estruturas comecem a se mover de forma política – pois, a agroecologia possui o dever de transformar as sujeitas/os politicamente – e as mulheres começam a se organizar em coletivos, associações, cooperativas, feiras, dentre outras formas. A feirante *Raiz* consegue exemplificar bem o processo da diversidade de aprendizados dentro das feiras agroecológicas:

Raiz: *“Sim...foi, porque a gente não tinha esse costume de pesar, de saber quanto a gente gasta por mês, quanto a gente vende, né? O que a gente consome...e a gente já não trabalha com agrotóxico então isso faz diferença tanto na saúde das pessoas como também na nossa ” (07 de janeiro, 2021. p. 2)*

A feirante *Clorofila*, em sua fala, nos mostra os avanços de sua comunidade no que diz respeito a organicidade política das mulheres:

Clorofila: *“...a gente já criou nossa própria associação de mulheres...” (07 de janeiro, 2021. p. 2)*

A feirante *Seiva* relata a vontade de fazer mais para se organizar enquanto comunidade:

Seiva: *“Não, a gente tá querendo formar a associação de mulheres.” (10 de dezembro, 2020. p. 4)*

A agroecologia é uma ferramenta que pode assumir um papel anti-hegemônico ou contra colonizadora (BISPO, 2015) e está diretamente ligada a um sistema econômico opositor ao capitalismo. Segundo Gonçalves (2008), os Movimentos Camponeses estão intimamente ligados ao resgate e reconstrução de valores agroecológicos, bem como estão presentes na busca por mecanismos de luta pela terra, resistência e emancipação do campesinato frente ao capital. As feiras agroecológicas têm necessidade de se posicionar politicamente frente as questões levantadas dentro das comunidades. O próprio espaço das feiras é um lugar de disputa dentro da cidade. Questões burocráticas são, por vezes, questões políticas e, assim, as mulheres que organizam as feiras agroecológicas estão em uma posição política de disputa. Por isso, a política local influencia diretamente no funcionamento da atividade das mesmas.

Seiva: *“Influencia, principalmente no nosso trecho de feiras, influência porque assim, a gente não se sente apoiado por eles, aí a gente acaba se tornando, se sentindo excluído, porque tipo assim, pra gente conquistar aquele pedacinho lá onde a gente vende na feira, foi uma luta imensa, né? E se a gente tivesse um prefeito do nosso município que fosse apoiar a causa da agroecologia, não teria sido difícil, teria sido fácil, né? tanto nesse aspecto de lugar, quanto em outros, em ajudar o transporte, barracas e tudo, mas...foi bom, tem sido bom, graças a Deus.” (10 de janeiro, 2020. p. 5)*

Raiz: “Eu acho que de qualquer maneira, influência muito, como agora. A gente não sabe o que vai acontecer, com essa nova gestão, é tudo novo pra gente, a gente já não tinha uma boa, é como é que se diz... com a ex prefeita a gente não tinha uma boa comunicação a gente...pra gente correr atrás dos nossos direitos, então como a gente é assentado, a gente não tinha uma boa comunicação com ela, né? A gente num tinha...não sabe agora, né? Com o atual prefeito, a gente espera que ocorra tudo bem...” (07 de janeiro, 2021. p. 5)

Clorofila: “Pra mim é assim, eu acho preocupante porque assim, não apoia muito a agricultura, a gente fica preocupada... Agora ela, esse novo mandato a gente tá esperando...para o outro a gente vendia pra prefeitura. Agora é esperar o outro, vamo esperar pra ver o que que o outro vai fazer. No outro a gente botava direitinho, eles também pagavam direitinho, né? Eles não ficavam devendo a gente não, essa agora a gente vai ver como é que vai ficar.” (07 de janeiro, 2021. p. 5)

A produção ecológica, baseada nos princípios da natureza, respeitando os ciclos, realizando um contato de igualdade em quem está produzindo e onde seus pés pisam, com respeito à terra e a vida, é o oposto dos conceitos capitalistas, individualistas que consistem em uma referência de humanidade que separa o ser humano da natureza com a afirmação da sua superioridade. A feirante *Terra* deixa isso claro quando diz que:

Terra: “...Me ensinou tudo, né? Ser mais determinada, aprendi assim...ah...se eu já lutava, né? A lutar mais...” (07 de janeiro, 2021. p.)

Quando *Terra* fala sobre lutar mais, ela entende que anteriormente, antes de se tornar política ativa, existir já era uma forma de luta. E que, a partir das feiras agroecológicas, lutar tem também outros significados. Além disso, soma a sua lida diária outras formas de luta como, por exemplo, a luta por reconhecimento, contra o uso de agrotóxicos, por uma vida digna entre outras.

Para Gliessman (2001), a agricultura sustentável é aquela capaz de reconhecer a natureza sistêmica do agrossistema. Através de uma prática de respeito com a terra

produzir equilíbrio e equidades, buscando saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica para todas as pessoas que vivem da terra.

Raiz: *“Com certeza, como alguns mesmo falam, né? Porque o nosso produto não contém veneno, né? Se a gente for ver aí a maioria dos produtos eles contêm veneno, e a gente já não trabalha com agrotóxico então isso faz diferença tanto na saúde das pessoas como também na nossa.” (07 de janeiro, 2021. p. 3)*

Clorofila: *“Não, às vezes não e às vezes pergunta...aí a gente ensina. Dizem: “ixe, tá caro!” aí a gente diz: “olha, tá caro porque a gente não usa o veneno, nossa produção é pouca, por isso que a gente vem uma vez no mês, porque quando a gente coloca o veneno na horta, não dá bicho, então ela vai rápido, e na horta sem o coisa, ela fica mais lenta, né? Mas nós temos mais saúde, mais vida, né...” (07 de janeiro, 2021. p. 3)*

Assim, as feiras agroecológicas se colocam como um trabalho de base anti-hegemonico, desenvolvendo a solidariedade, companheirismo, senso de comunidade, a redução da distância entre povos (cidade e campo, vistos também como produtoras/es e consumidoras/es), criando laços afetivos. São, por isso, espaço de oportunidades. Durante o Circuito de Feiras Agroecológicas, é possível perceber mulheres de diversas idades, jovens e velhas, pois este também um espaço de troca de saberes, onde todas tem algo a ensinar. O poder da agroecologia e das feiras agroecológicas se dá através do afeto, do respeito.

As feiras agroecológicas se diferenciam das feiras livres/tradicionais em alguns aspectos. Para Godoy; Sacco dos Anjos (2002) e Godoy (2005), as feiras livres surgem como uma resposta para reduzir as dependências da agricultura familiar, diminuindo as cadeias de comercialização, tendo relação direta entre quem produz e quem consome, com objetivo de romper um sistema mercadológico excludente que inibe o desenvolvimento da agricultura familiar local. Paralelamente, para Dantas (2008) as feiras livres são lugares de encontros e reencontros, conversas e manifestações populares.

Segundo Sacco et al (2005), as feiras livres são atividades com uma dinâmica particular, sendo um sistema local de comercialização que cumprem um papel importante no abastecimento local e urbano viabilizando a agricultura familiar.

De acordo com Andrioni e Caetano (2019), as feiras agroecológicas são espaços para, além da comercialização de alimentos excedentes, troca de experiências. Há nas feiras agroecológicas espaço para troca de sementes, saberes e conversas, mesclado com apresentações culturais busca-se construir um outro projeto, contrapondo-se ao hegemônico, lutando contra o agronegócio. A feirante *Raiz* fala sobre a construção de laços:

Raiz: “Assim, a amizade que a gente fez assim, né? Que nossas companheiras é como se fosse nossa segunda família, né? Então pra gente foi muito bom, muito gratificante mesmo...” (07 de janeiro, 2021. p. 2)

A feirante *Clorofila* traz em sua fala outro ponto sobre uma agricultura mais sustentável através da agroecologia:

Clorofila: “Agroecologia, mudança? É que a gente fica cultivando as coisas mais limpa, sem veneno. A gente fica comendo melhor, você vem, mas você tem pra comer, você tem a força de fazer a horta pra você ter, pra não precisar ta comprando, aqui eu já vendo, o que eu não vendo eu chego em casa já é fartura, então pra mim é melhor...” (07 de janeiro, 2021. p.2)

Dessa forma, as mulheres feirantes do Circuito de feiras agroecológicas também se diferenciam de feirantes tradicionais. De acordo com Leff (2002) apud GUBUR, TONÁ (2012), feirantes agroecológicas/os protagonizam a luta contra a exploração do trabalho, a produção de alimentos limpos e livres de agrotóxicos, produzindo com baixos impactos ambientais e através da agroecologia, Assim, constroem uma relação entre quem produz e quem consome baseado nos princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que foram destituídas e desculturalizadas pelo capital com a modernização e tecnificação da agricultura.

Dubur e Toná (2012), apontam que feirantes agroecológicas/os e sociossolidários valorizam as relações interpessoais e o respeito às comunidades,

produzindo alimentos saudáveis, fazendo das comunidades e povos envolvidos a linha de frente que busca combater e denunciar um projeto de patentes de organismos vivos, transgenia de organismos e sementes e, mais recente, a monotecnologia - que busca retirar dos povos do campo o controle sobre as sementes crioulas submetendo-os a uma produção hegemônica do campo. Por isso, a tarefa das/dos feirantes agroecológicos se forja em reproduzir, e recuperar e fortalecer saberes ancestrais indispensáveis para a permanência e existência das comunidades tradicionais que vivem sob constante ameaça no campo.

O sistema capitalista, se relaciona com a natureza de forma mercantil, como se nós seres humanos/as fossemos meros consumidores/as do que a natureza nos oferece, e assim por não reconhecermos que a natureza produz vida, tratamos a como mercadoria/objeto, reproduzindo a mercantilização das relações capitalistas. A agroecologia, porém, entende a natureza e a vida humana como um todo, uma simbiose, onde todas/os fazemos parte de um sistema que se auto regula e colabora para a reprodução da vida. Assim, não a mercantilização das relações, e as relações de poder se colocam de formas diferentes, produzindo espaço para que todas/os tenham trabalho e dignidade. A feirante *Terra* fala ainda sobre como o processo das feiras agroecológicas a ajudaram no seu processo de empoderamento:

Terra: “Aprendi a ser mais independente, né? Porque isso é uma coisa muito boa, porque até hoje tem mulheres que acha que porque casou, o homem é o dono dela, ela não pode falar porque o homem não deixa ela falar, ela não pode comprar porque o homem não deixa e porque ela não trabalha. E assim não, eu como o que eu quero, né? Eu uso aquilo adequado que eu vejo que eu posso usar, enfim...” (07 de janeiro, 2021. p. 2)

As feiras agroecológicas com o papel de promover o trabalho com princípio educativo elencam muitas categorias de análise neste trabalho. Ela emerge a capacidade de analisar como o trabalho pode possuir um sentido que não seja desgastante na vida das pessoas, tendo uma outra perspectiva, a de conquista de espaço. Assim, de acordo com as entrevistas e as falas das mulheres, as feiras agroecológicas da Região do Baixo Munim/MA é a atividade que promove muitas mudanças na vida dessas mulheres, ensinando-as através do prática como a vida pode ser diferente de uma maneira natural,

pois a vida no campo dessas mulheres é através do trabalho, ter espaço para usufruir da sua própria mão de obra, aumenta a autoestima destas pessoas, o auto reconhecimento como protagonistas e pessoas importantes na transformação de suas próprias vidas e do mundo. Dona *Clorofila* retrata um pouco o que durante a pesquisa tenho escutado das mulheres envolvidas no processo das feiras agroecológicas. A diferença da vida antes e pós inserção nas feiras agroecológicas. Nesta fala, dona *Clorofila* nos conta sobre três aspectos de sua vida em relação as feiras – político, pessoal e econômico.

Clorofila: *“Pra mim, muita (diferença)! Porque eu não tinha assim, o conhecimento com os grupos que a gente não se informava, hoje a gente tem reunião, a gente já faz parte de associação, a gente já criou nossa própria associação de mulheres, então pra mim melhorou muito, só de eu ter minha renda todo mês, eu só não tem todo mês se eu não vier, mas se eu vier...porque no meu grupo, a gente divide, cada mês vem uma parte, mas pra mim a hora que vem...porque eu não tenho salário, então eu dependo dela...força de vir trabalhar, né? Força de lutar, porque a gente não tinha...tinha até medo de falar, hoje não, hoje a gente já fala, dá uma entrevista, já conversa, sabe explicar, sabe ver ...” (07 de janeiro, 2021. p. 2)*

A atividade nas feiras agroecológicas ensinam uma forma mais justa de vida, através de uma outra forma de economia, que não seja totalmente baseada no lucro e na competição entre companheiras, esta forma de retorno conhecida como a economia solidária – que reconhece o trabalho, e produz um retorno justo nos produtos vendidos – ensinada através de assistência técnica e capacitações frequentes (importante que seja realizada formação para que o desenvolvimento das atividades tenham eficácia) é responsável para desenvolver entre as feirantes o sentimento de companheirismo e solidariedade, onde todas possam ser vistas como peças importantes para o crescimento das atividades das feiras agroecológicas e que se ajudem entre si, entendendo que cada uma ali presente faz parte de um sistema de transformação. Dessa forma, a economia solidária é uma discussão presente em todo o circuito de feiras agroecológicas, através de capacitações, estudo e prática.

3. UMA DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO, MULHERES CAMPONESAS E AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA

O trabalho é uma categoria fundamental para a existência dessa produção, tudo orbita na relação das mulheres com o trabalho das feiras agroecológicas e como esse fator é diretamente ligado à educação das mulheres de forma que para a maioria da população não é vista como convencional. Toda a forma de produzir a existência distinta dos modelos hegemônicos e modernos, pela sua própria lógica de homogeneização e classificação social, se torna subversivo e/ou subjugado. Por isso, algumas perspectivas e suas produções acadêmicas, tem a intenção de mostrar que outras formas de aprender, ensinar, viver, trabalhar, se relacionar com outros sujeitos e com a natureza são necessárias dentro do meio acadêmico, onde a ciência, em geral, postula o científico nas tramas de saber e poder a partir dos referentes de colonialidade, raça, gênero, sexualidade e classe.

Este trabalho é uma amostra de que em cada esquina do mundo há uma forma subversiva (no melhor uso da palavra) de existir, de aprender e ensinar; e ela tem se dado de forma coletiva, comunitária, cotidiana e organizada, transgredindo e resgatando saberes, referentes ancestrais, sabores e comunhão. Para *Terra* aprender a ouvir foi uma lição enriquecedora para sua vida pessoal, transformando sua vida em comunidade. O exercício de ouvir é além de tudo um exercício de respeito.

Terra: "Oh...em primeiro lugar eu aprendi assim, que a gente deve respeitar a atitude dos outros, né? E também entender o seu próximo, né? E que ter o amor pelo seu próximo porque isso é importante, até esquecer de si...por exemplo, se calar mais pra ouvir, né?" (07 de janeiro, 2021. p. 2)

O capitalismo, e o seu crescimento na atualidade, aciona muitas e diversas formas de violência da acumulação primitiva, resultando ainda hoje no crescimento demasiado da expulsão de camponesas e camponeses de suas terras, inclusive, com as dificuldades e impedimentos para a demarcação de terras indígenas e quilombolas, além de uma perseguição infinita que mata os povos pela demanda do capital. Outras

dificuldades são percebidas através da fala das mulheres, que impedem o crescimento de sua produção. A falta de recursos para a obtenção de ferramentas e tecnologias que diminuam a força empenhada no plantio é um reflexo de como o capitalismo atua de forma a retirar as condições de produzir das camponesas/es o que resulta muitas vezes na expulsão do campo. A maioria das feirantes entrevistadas relataram problemas na produção, o que tem resultado em problemas de saúde das mulheres.

Terra: “...porque nós tamo com duas dificuldades: transporte, porque nós não temos carro grande que possa carregar a gente com as coisas da gente. E outra dificuldade é as barraca, que a gente não tem onde coloque as barraca, porque a gente temo as barracas e são peças de ferro, e aí o transporte a gente não tem pra carregar elas, e depois nós fomos até o mês de março nós fomos na feira, aí com esse problema da pandemia aí a gente parou, e a gente não foi ainda...A gente ainda continua enfrentando, porque a gente trabalha braçalmente e molha manualmente, então a gente não...no ano passado, já no finzinho do ano passado que eu comprei um kit de irrigação pra mim, né?” (07 de janeiro, 2021. p. 1)

Raiz: “Eu acho que a maior dificuldade nossa são as nossas horta, né? Por conta da água, porque a gente ainda carrega água no carregador. E hoje se tu for perguntar pras mulheres, todas elas tão com problema de saúde, coluna é rins, só de tanto carregar água, carregar peso, então pra gente é a nossa maior dificuldade, porque a gente tem essas 3 feiras, a gente tem o PROCAF, tem PNAE, tem PAA, então a gente precisa produzir mais, né? Se tivesse como a gente produzir mais, a gente consome muito mais água, né? Então essa pra gente é a nossa maior. dificuldade.” (07 de janeiro, 2021. p. 1)

Clorofila: “Assim, porque lá as dificuldade a gente quase não tem água encanada, agora a gente já tem, né? Primeiro não tinha, mas mesmo assim a gente já tendo hoje ainda é pouca, a gente ainda não tem lá nossas hortas, a gente não tem. Eu ainda molho ainda usando o regador pegando no riacho.” (07 de janeiro, 2021. p. 1)

Historicamente o avanço do capitalismo afeta a vida camponesa, a falta de infraestrutura no meio rural, dificulta as condições para o cumprimento das tarefas domésticas (busca de água, lenha, falta de condições sanitárias); assim como pela falta

de estradas, escolas e postos de saúde (SILIPRANDI, 2010). A destruição promovida pelo capitalismo em prol do avanço do agronegócio prejudica ainda mais o trabalho das mulheres camponesas. A distância do caminho feito antes levando balde de roupa suja pra lavar no rio agora triplica com morte de nascentes e desvios para as grandes produções agropecuárias. *Terra* e *Clorofila*, recentemente adquiriram ferramentas que facilitam o trabalho na produção, investimento que só foi possível pelo seu trabalho nas feiras agroecológicas.

Terra: “...no ano passado, já no finzinho do ano passado que eu comprei um kit de irrigação pra mim, né?” (07 de janeiro, 2021. p. 1)

Clorofila: “graças à Deus que esse ano eu já comprei uma caixa...já melhorei, né? Já melhorou mais, mas é muito difícil lá a água pra nós...estrada também, que a gente não tem, pra gente vir pra feira é outra dificuldade de carro, aí tudo isso é difícil.” (07 de janeiro, 2021. p. 1)

O que trago neste ensaio é a leitura da categoria trabalho para compreendermos como nossa sociedade produz e se reproduz – partindo do pressuposto de que o temos como trabalho hoje no mundo é a visão do capital, traduzida por Marx⁵. O trabalho é inerente e fruto da produção do ser humano, transformando a natureza em busca de suprir suas necessidades e assim coloca sua força para que possa vender e se sustentar. E para a classe trabalhadora, onde o único bem que possui disponível para a venda é a sua força de trabalho, assim se faz.

O Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim/MA enfrenta atualmente a pandemia do COVID-19. Momento delicado para todo o mundo, se torna ainda mais difícil dentro de um sistema que a exploração da força de trabalho e corpos é a principal forma de sobreviver na sociedade. Esse período tem sido bastante complicado para algumas feirantes, o não funcionamento das feiras agroecológicas, tirou a possibilidade de trabalho das mesmas. Apesar do auxílio emergencial “oferecido”

5 Sobre o sentido do trabalho e a sua relação com o sistema capitalista, os três volumes de O capital escrito por Karl Marx trazem esse debate de forma mais profunda.

pelo governo federal, algumas mulheres não tiveram acesso a ele enfrentando problemáticas bem delicadas.

Seiva: “ Quando começou a gente parou, quando começou a pandemia a gente parou. A gente já teve retorno agora em novembro, outubro que a gente começou de novo. Aqui em Morros e em São Luís também, agora em novembro que a gente começou em São Luís, né? Foi um choque muito grande pra nós, porque muitas pessoas contavam com o dinheirinho que fazia todo mês, né? Mesmo com esse auxílio, que saiu do governo, que todo mundo que mora pra cá, pra zona rural, tem aquele bolsa família, mas foi um baque pra quem ta acostumado vender seus produtos todo dia, toda quarta feira, principalmente pra nós que era semanal. E aí se tornou pesado, mesmo que a pessoa diz assim “ah, mas recebeu o auxílio”, mas numa casa que tem muitas pessoas, o auxílio vai se tornar muito? Não, se torna pouco, né?

...Foi complicado, porque a gente sentiu falta de vir pra Morros, de conversar com as pessoas, os nossos clientes estavam sentindo falta da gente, eles mandavam avisar a gente que tavam sentindo falta da gente, que era pra gente voltar pra feira. A gente dizia: “Ah, mas a gente não pode...”, eles acabam insistindo, mas a gente não veio não, agora que a gente ta vindo. E pra Morros mesmo, eu to começando vim agora, mas a pandemia todinha eu passei la no meu lugar, esse processo de todo mundo ficar no seu lugar? Eu não vim pra Morros de jeito nenhum, eu fiquei lá o tempo todinho, agora assim que eu to começando vim...” (10 de dezembro, 2020. p. 5)

Terra: “Ah foi tudo enfim, a gente não poder sair, a gente não poder visitar, a gente mudou as coisas da feira, nossas planta. Aí a melhoria foi porque a gente botou na escola, né? E da escola eles faziam cestas para repartir para os pais dos alunos ir buscar...Foi um pouco mais trabalhoso, né? Porque a gente é acostumado a sair pra trabalhar, e ficar todo mundo dentro de casa, da uma agonia...Aumentou foi conta, essa história de ficar assistindo televisão...” (07 de janeiro, 2021. p. 7)

Clorofila: “Muitas, porque a gente não pode sair, e a gente não pode...pelo menos a gente ficou de uns 4 a 5 meses sem ir pra feira, aí agora que a gente ta abrindo uma exceção, mas a gente ainda ta pisando ainda com medo. Não, não recebi porque eles disse que eu sou pescadora, e eu não recebi. Na minha família não porque meu marido também é pescador, ele não recebeu.

Eu não sei, lá teve foi muita gente que não recebeu pesca. Muuita, não é Raiz? Não teve muita gente que não recebeu pesca? Porque a gente era pescador. Lá na minha comunidade tem muita gente que não recebeu. Aí a gente recebe uma pesca de ano a ano e eles disse que a gente não pode receber porque diz que a gente recebeu esse auxílio. E eu recebo bolsa família, não é por mim é pelos meus neto, que eu crio 2 neto, aí só vem no nome deles dois. Aí eu fiquei uns 4 meses sem receber, porque aí eles me deram o auxílio, uma parcela só, aí não me deram mais. Aí ficou suspenso o bolsa família, ficou suspenso por 3 meses também...sinceramente, uma injustiça que a gente não entende, e às vezes a gente vê o malandro que não faz nadinha recebendo e vai farrear na rua, vai jogar...

A nossa maior dificuldade foi que a gente não pode vir pras nossas feiras, né? A gente ficou mais dentro de casa trabalhando no nosso serviço em casa a gente não pode sair pras feiras...” (07 de janeiro, 2021. p. 6)

Raiz: “Ah, foi frustrante, né? Porque...ainda bem, né? Graças à Deus que a gente conseguiu botar no PNAE e depois no PROCAF, NÉ? PORQUE TUDO ISSO AJUDOU A GENTE, Né? ENTÃO TUDO ISSO AJUDOU. Porque a gente ia pras nossas horta, então tudo isso ajudou, mas em compensação as feiras pra gente foi um fracasso muito grande. E como...até das colegas a gente sente falta, né? Porque é uma troca de experiências, né? E o lugar que a gente consegue, principalmente na feira da praça da alegria que a gente encontra as outras colegas dos outros municípios, então a gente sente falta dela (**sobre o auxílio emergencial**): Eu consegui receber só dois meses, depois não recebi mais e ainda fiquei três meses sem o bolsa família.” (07 de janeiro, 2021. p. 5)

Durante este processo pandêmico, muitas problemáticas têm sido enfrentadas, principalmente em lugares que são menos assessorados pelo estado. O trabalho das mulheres feirantes, durante este período delicado tem sido prejudicado, pois as atividades das feiras foram paralisadas e muitas não receberam auxílio emergencial. Dentro de casa, sem poder ir para as feiras agroecológicas, as mulheres ficam reduzidas ao que a sociedade entende como “inerente da mulher”. Um trabalho que não é emancipatório, mas alienado.

O trabalho reprodutivo em toda a sociedade capitalista, é um dos trabalhos que mais geram lucro para o capital e ainda assim não são remunerados. Com isso, houve um processo de naturalização deste trabalho, se tornando um trabalho realizado “por amor”, sempre designado às mulheres. Este é um dos pilares da acumulação de capital e de uma exploração capitalista da força de trabalho das mulheres. Reconhecer isto é o primeiro passo para que possamos ter em vista a luta por mais direitos para as mulheres que não estão na cidade e que trabalham de forma a não produzir escassez da natureza.

Para que estas sejam reconhecidas como trabalhadoras; hoje já temos minimamente o reconhecimento das mulheres camponesas, mas ainda existem muito mais mulheres que, não podem ter seu espaço e seu pedaço de chão (desde que a terra se tornou mercadoria, lhes foram roubadas as terras aonde trabalhavam e viviam), precisam que sejam pelo menos reconhecidas e que tenham direitos, se estamos frente a uma sociedade que se diz responsável e proprietária das matas e rios que esta seja reconhecedora também do trabalho das mulheres que defendem com suas próprias vidas estes lugares.

Apesar das transformações pelas quais passaram as sociedades, as atividades domésticas, bem como as várias ocupações com características associadas a ela, continuam restritas às mulheres, por isso são pouco valorizadas, reconhecidas como **não-produtivas**, ou como **ajuda**. Isso ocorre porque se toma como modelo, o trabalho remunerado, regular e contínuo. Esse modelo também se estende às relações não-capitalistas, em que as atividades domésticas não são consideradas trabalho. Haja vista que, para as comunidades rurais, somente o trabalho no roçado é que garante a reprodução social da unidade doméstica enquanto as atividades realizadas pelas mulheres reproduzem as condições sociais de consumo. Além dessas

atividades, as mulheres são responsáveis pela reprodução biológica e ideológica da sociedade enquanto o homem encarrega-se do trabalho produtivo (OLIVEIRA, 1996. p.22).

É necessário no entanto enriquecer o debate sobre trabalho que inclua estas diversidades que não foram pensadas outrora, mas que tem sido analisadas e vistas, emergindo principalmente em debates decoloniais e nos países do sul do globo. Como reforça Brito (1997) a análise da centralidade da categoria trabalho entrelaçada com as relações intersubjetivas soma significativamente no enriquecimento da abordagem latino-americana de estudos da saúde do trabalhador.

Para Marx (1867) o que difere estas épocas econômicas não são as coisas que são produzidas, mas como são e os meios de trabalho utilizados para tal. Para nós, países do sul colonizados pela Europa, foi retirada a oportunidade de desenvolver seu próprio sistema econômico, como canta Tom Zé na música *Topicalia Jacta Est* "...saímos da idade medida nessa nau, diretamente para a era do pré-sal..." que fala sobre a abrupta imposição dos países colonizadores aos povos originários para a inserção de uma sociedade capitalista, povo que antes de mais nada foi dizimado e escravizado pelos colonizadores.

Apesar da ocupação das mulheres em trabalhos visivelmente remunerados e considerados produtivos, esta ocupação ainda não serve para a mudança da visão de uma sociedade de que este espaço é também um espaço da mulher, pois o que prevalece ainda hoje é a visão da mãe, cuidadora e esposa que a mulher realiza a parte de seu trabalho enquanto pessoa geradora de renda.

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele (FEDERICI, 2019. p.43).

Esta forma de funcionamento da sociedade é reforçada pelo modelo tradicional da divisão sexual do trabalho se reproduzindo em todas as esferas (seja ela no campo ou na cidade), produzindo as mulheres e esperando delas que as atividades realizadas por elas sejam sempre as que são tidas como "tipicamente femininas" e "naturais", colando o gênero ao corpo como inscrição irrefutável e impossível de ser diferente da

norma. De acordo Dagmar Meyer (2004) o conceito de gênero nos leva a todas as formas de construções social, cultural e linguística relacionada com o que diferenciam mulheres e homens, com os processos que produzem os corpos, dicotomizando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. O conceito de gênero escolhe principalmente examinar os processos que impõem essas diferenças biológicas, comportamentais e psíquicas entre homens e mulheres. E por isso tirando o foco das subordinações que seriam produzidas pelo desempenho de papéis, funções e características culturais mulheres e homens aproximando de abordagens que tem como tema o social e a cultura em um sentido maior como sendo atravessados por múltiplas representações provisórias e contingentes de feminino e masculino que se ressignificam a todo tempo.

Por isso, historicamente o reconhecimento cultural da mulher é dado dentro das tarefas da reprodução familiar, na criação dos filhos e nas atividades domésticas da casa, isto é, restrita ao ambiente privado como seu domínio e destino.

Para as mulheres do campo, se torna ainda mais difícil o reconhecimento do seu trabalho enquanto agricultora, pois quando uma mulher da cidade sai de casa para trabalhar, quase sempre este é visto como o seu trabalho. Enquanto que para as mulheres camponesas, o seu trabalho na maioria das vezes é tido como “ajuda” ao “trabalho do esposo”. E assim o faz dia após dia, indo para o campo e trabalhando enquanto agricultora, porém sempre no espaço de “ajuda” mesmo realizando o mesmo trabalho que o homem. Isso acontece porque a tarefa cultural designada a ela sempre tem sido os da reprodução social do grupo familiar, mas vale lembrar que este trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico é tratado como reprodução da força de trabalho. A mulher realiza os trabalhos da casa, cozinha, cuida da horta no quintal, dos animais de pequeno e médio porte. Isso é posto como: ela está poupando o homem de realizar este serviço, deixando-o o livre para vender sua força de trabalho ou responsável pela produção. Este é um dos aspectos da acumulação de capital e da exploração do trabalho das mulheres. Outro aspecto é a criação de crianças saudáveis (onde quando a mulher não é capaz de sustentar a criação da criança ela é tida como péssima mãe, o que não acontece com os pais, pois sabemos que no mundo, tantas crianças não tiveram/tem essa figura presente na vida, e isto não é suficiente para que

o homem carregue o estigma de um péssimo pai) que serão as futuras força de trabalho para o capital.

É possível perceber a responsabilidade naturalizada das mulheres quando colocamos a figura da mulher vivendo só, ou com as crianças, sem a figura masculina. Nesta realidade, a mulher teria que cuidar das crianças, cuidar da casa, cuidar da horta no quintal, dos animais de pequeno, médio e grande porte, e ainda ter toda a tarefa da agricultura, tudo isso seria responsabilidade dela e ainda assim, seria normal, ela só estaria realizando todo o trabalho que ela é responsável, mas quando trocamos a figura e colocamos todas essas tarefas para um homem, é mais difícil de imaginar e mais fácil pensar que ele deveria ter “alguém que pudesse cuidar dele”; isto é, em outras palavras, o trabalho não remunerado de uma mulher.

A participação das mulheres na produção se dá de duas formas: as que são remuneradas pelo trabalho e as que não são. As primeiras estão inclusas dentro da produção do mercado capitalista, e as segundas geralmente dentro de um quadro onde realizam trabalhos domésticos e agricultura de subsistência. Há uma diferenciação entre as mulheres do campo e da cidade, pois no campo, a agricultura de subsistência e o trabalho doméstico estão designados ao consumo da própria familiar, e na cidade as famílias dependem cada vez mais de um consumo fora da casa. Diferenciar isto é importante principalmente para as mulheres rurais de países do sul, pois a participação dentro do quadro de mulheres que não são remuneradas ainda prevalece, conseqüentemente são mais (ou completamente) financeiramente dependentes da figura masculina, o que nos leva a outras questões como não conseguir sair de relacionamentos abusivos por não ter amparo para cuidar dos/das filhos/as e carregar o estigma de voltar para a casa dos pais. Por isso, é tão importante que as mulheres do campo, consigam se organizar cada vez mais para que haja mudanças nessa realidade da dependência da figura masculina, pois as iniciativas de mulheres em coletivos geram uma rede de força e apoio a outras mulheres que não se sentem seguras o suficiente para começar sozinhas. Observando o campo desta pesquisa, compreendo que a relação que as mulheres camponesas possuem e constroem com suas produções e suas rendas nas feiras pode ser analisada na perspectiva de uma relação menos colonizadora com o trabalho, de um bem mais igualitário e justo, não violento e de certa forma, mais comunitário. Apesar das mulheres feirantes estarem inseridas dentro de uma sociedade

violentamente colonizadora, racista, sexista e capitalista, a construção de uma economia solidária possui outros princípios e, por isso, pode se diferenciar (principalmente de forma interna) da ideia de trabalho para apenas gerar lucro.

As construções coletivas de trabalho das mulheres rurais, com certeza, são um passo para a diminuição de violências domésticas e abusos sofridos dentro de casa, pois a obtenção de recursos financeiros as tornam cada vez mais pessoas com voz ativa e com poder de decisão dentro do núcleo familiar, diminuindo gradativamente as diferenças financeiras ou econômicas que poderiam influenciar nos papéis de decisão, visto que as condições de agência ativa das mulheres, segundo Lugones (2014), articulariam condições de possibilidade na trama entre gênero, colonialidade, raça e capitalismo. . A feirante *Terra* conta um pouco dessa realidade em relação a vida pessoal, mostrando que seu crescimento financeiro aumentou o respeito pelo seu trabalho e forma de enxergar o mundo:

Terra: “Não, o meu marido dizia assim: “Eu já te disse pra tu largar isso de mão!” Aí hoje ele já me ajuda, ele já trabalha com a horta, já me ajuda na horta, já me ajuda a fazer qualquer coisa, quebra um coco pra mim, né? ele quebra o coco pra mim, porque ele sabe que quando eu chego...eu crio bastante galinha, aí ele sabe que o dinheiro que eu apuro, eu compro comida pras minha galinha, aí então ele vê que tem um lucro, melhorou, eu pude criar mais, aí chega uma pessoa: “ah, me vende uma galinha!”, tenho pra vender, “me vende um capão!” tenho pra vender, então, eu assim...as meninas chegam, “mamãe”, “ta aqui minha filha, uma criação” então melhorou, e ele vê isso ele nunca mais falou essa história.” (07 de janeiro, 2021. p. 4)

É perceptível o processo de fissura que a feirante *Terra* se encontrava antes, onde dependia financeiramente do marido, agora ocupa o espaço de reconhecimento de seu trabalho e papel importante dentro da família, onde pode ajudar suas filhas com sua própria produção. Ao que se percebe durante as entrevistas, é que esta fissura é quebrada quando os companheiros/maridos das mulheres percebem o aumento de renda, e a melhoria na qualidade de vida, mas segundo a fala da feirante *Clorofila*, nem

sempre é possível atravessar esse processo de maneira positiva quando afirma que colegas desistiram por conta dos maridos:

Esta é uma das vantagens da produção de feiras protagonizada por mulheres, a

Clorofila: *“Não, meu marido não...meu marido nunca disse pra eu não ir, sempre me apoiou, me ajuda...tenho até uma colega que ela largou de ir por isso...” (07 de janeiro, 2021. p. 3)*

recusa de ocupar apenas o lugar que culturalmente foram designado as mulheres, e a luta pra ocupação de um lugar que é também delas, e é o primeiro passo para uma divisão mais justa do trabalho, pois quando as mulheres estão nas feiras e conseqüentemente fora de casa, a responsabilidade das crianças e da casa pode ser da parceira/o ou esposo, mas não sejamos inocentes e tão sonhadoras, sabe-se que o fato da mulher obter um trabalho remunerado, não a livra do fato de que ainda é designado a ela o trabalho da casa.

As feiras agroecológicas podem ser vistas como um agenciamento ativo das infrapolíticas das mulheres camponesas. A volta para dentro que fazem essas mulheres ao resgatar saberes ancestrais, movidas pela força de vontade que é reafirmada pela luta camponesa, buscam permanecer vivas através do trabalho e de uma alimentação saudável, com intuito de modificar suas vidas, a vida de suas famílias e conseqüentemente de sua comunidade a cada mulher que pega para si a tarefa das feiras agroecológicas. É um movimento que pode ser visto como resistência pois produz vida no sentido concreto e subjetivo – vivem as mulheres, os solos, os rios, e os saberes ancestrais que serão repassados e continuaram fazendo parte do ciclo.

As mulheres camponesas em suas existências colonizadas, gendradas e racializadas estão ainda em uma diferença colonial existindo em dois lugares ao mesmo tempo, sendo forjadas por essa dicotomia. É por estar nesse lugar que são diferentes daquilo que o hegemônico é capaz de nos tornar. Sendo assim, a existência das feiras agroecológicas da Região do Baixo Muni/MA na produção dessas vidas, é uma vitória infrapolítica.

Quando o trabalho do homem agricultor termina no campo, ele pode chegar em casa tomar banho e descansar, enquanto a mulher/esposa está trabalhando na casa, preparando o jantar – que é responsabilidade dela e das filhas mulheres, que podem

ajudar – . No outro dia de manhã, antes de ir pro campo, a tarefa do café da manhã também é geralmente uma responsabilidade da figura da mulher dentro da casa, assim como alimentar as galinhas no quintal. Isto nos mostra que o trabalho da mulher nunca termina, porque depois de tudo, ela ainda precisa estar disposta e cumprir seu papel de esposa na cama. Então, quantas jornadas de trabalho não remuneradas as mulheres camponesas carregam durante a vida? E é por isso que a organização coletiva de trabalho de mulheres deve ser também uma organização política e de debate, para que se possa avançar cada vez mais na pauta do modelo tradicional da divisão sexual do trabalho que é ainda mais forte nas áreas rurais.

Para Emma Siliprandi (2010), a experiência agroecológica tem mostrado que se colocar e utilizar elementos que afeta as estruturas da lógica patriarcal, é um caminho para construir novos espaços que mudem os padrões (e conseqüentemente resgatem práticas ancestrais de relações interpessoais), criando brechas para o reconhecimento de alternativas de vida às mulheres, que vão além dos papéis realizados tradicionalmente. Será necessário para quebrar essa lógica, um processo de “empoderamento” políticos dessas mulheres, onde elas consigam emergir tanto individual quanto coletivamente como sujeitas ativas, nos mais diversos espaços: família, comunidade, até que sejam cada vez mais capazes de influenciarem nas decisões políticas, nas instituições públicas e na sociedade. Para Emma Siliprandi, este é o caminho para que as mulheres camponesas sejam reconhecidas.

A agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção, pode contribuir para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução da agricultura familiar. Porém, apesar das conexões apontadas entre agroecologia e as mulheres, a não incorporação das questões colocadas pelo feminismo pode estar dando visibilidade ao trabalho das mulheres sem, contudo, problematizar a naturalização da divisão sexual do trabalho, divisão baseada na ideia de complementariedade e reciprocidade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família. Ao valorizar o papel da mulher na agroecologia, pode-se correr o risco de ter uma visão instrumental da questão, considerando apenas que o trabalho das mulheres potencializa a agroecologia, sem refletir sobre o que a agroecologia pode contribuir para a luta das mulheres por sua autonomia e conquista de direitos BURG (2005).

As práticas agroecológicas das mulheres feirantes são sobretudo práticas comunitárias realizadas coletivamente. Um instrumento importante para as práticas comunitárias agroecológicas que foram apagadas pela missão civilizatória, individualizando o trabalho, saberes de cultivos e práticas ancestrais. Como exemplo o trabalho das mulheres de São João de Rosário que durante a semana trabalham todos os dias nas produções coletivas, sendo cada dia a produção de uma das mulheres para as feiras agroecológicas ou PNAE e PAA. Este é apenas um exemplo das diversas práticas coletivas que as comunidades desenvolvem para as participações nas feiras.

Os trabalhos das mulheres rurais acabam sendo mais subestimados porque se confundem, porque os espaços dos trabalhos são muito próximos fazendo com que seja quase impossível distinguir o trabalho doméstico e o que é tido como trabalho produtivo. A inserção em mais de uma jornada de trabalho acaba por confundir o papel produtivo que as mulheres desempenham na agricultura, devido justamente ao fato de que a tarefa doméstica está muito próxima das atividades que são realizadas na agricultura, e muitas vezes o trabalho com os animais e a horta são considerados trabalhos domésticos, por estarem nas redondezas da casa.

Quando discutimos o trabalho das camponesas, sabe-se da importância da valorização do trabalho doméstico e de cuidado, não apenas para a realidade das mesmas, mas inclusive para a economia do país. No entanto, acreditamos que também dar visibilidade que as camponesas estão em todos os espaços de trabalho na sua comunidade ou unidade de produção. Isso desmascara o caráter ideológico da divisão sexual do trabalho quando analisada a realidade camponesa (KALAÇA et al, 2018, p.63).

Para Emma Siliprandi (2019), o problema do reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas advém do formato de família nuclear que é pregado em toda a sociedade. Onde o homem é o chefe da casa e possui o poder de decisão, é também o responsável por ser o provedor da família. Para ela, é uma das questões principais a ser superada, essa família hierárquica, constituída primeiramente pelo pai, a mãe e depois filhas/os, o que se espera de cada membro da família onde o papel da mulher é papel de mãe e de auxiliar, a que cuida das tarefas domésticas, do bem estar e da harmonia da família precisa ser repensada, pois ela reforça sobretudo que a mulher historicamente deve ocupar este lugar e apenas ele.

“É preciso acreditar no campesinato como modo de vida, como modo de produção, como modo de cuidar do meio ambiente, a gente acredita nisso. Mas, não é um campesinato que tem o pai como o centro de decisões da família, o que se coloca é desconstruir essa figura do pai, e, como se desconstrói essa figura do pai? É admitindo, aceitando, reconhecendo que todos os integrantes da família têm diferentes necessidades, diferentes desejos, tem o direito de se auto realizarem, tem o direito de tomar conta da própria vida...Para a gente poder dizer que um projeto de campesinato não é patriarcal, é um projeto onde as pessoas se juntam e pensam juntas e querem ficar juntas, onde aqueles que podem cuidam dos que precisam e tudo isso de forma equilibrada. (SILIPRANDI, 2019).”

A formação camponesa está totalmente imbricada a tradição da autoridade masculina, isto acontece com o avanço do sistema econômico mundial e com a proposta do agronegócio, baseado na monocultura. Ora, se anteriormente nós tínhamos uma relação mais igualitária entre os povos originários, ligado a relação com a natureza de forma simbiótica e cíclica, respeitando e entendendo o papel de cada ser vivo para a reprodução e produção da vida, com a chegada dos colonizadores a essas terras – e com o próprio avanço do capitalismo nos países europeus, a destruição das terras comunais e de uma agricultura mais natural onde o contato do ser humano com a natureza se dava de forma diferente – e a produção de uma agricultura que destrói então a diversidade, temos agora a figura masculina como figura de poder, baseada principalmente na religião, onde o homem é a cabeça da casa e deve prover, e a mulher e os/as filhos/as devem ser submissa até que atinjam a idade se casem e formem famílias, onde o pai continua no entanto na figura de autoridade em relação a esposa. Além da representação da sociedade dentro de casa, onde o homem é a figura da burguesia e a mulher do proletariado, fora das estruturas do núcleo familiar, temos uma agricultura baseada também na figura masculina, onde o agricultor é um homem e o trabalho braçal deve ser realizado pelo homem, o engenheiro agrônomo na figura masculina, o patrão também na figura masculina. Assim, o avanço do agronegócio, baseado na monocultura, destrói também a diversidade de trabalho no campo, relegando à mulher o serviço da casa, e dificultando ainda mais o seu serviço, com a destruição de nascentes e rios, fonte de água para os serviços que as mulheres realizam, jogando no ar veneno com seus aviões e sujando a horta das mulheres, prejudicando a

saúde do núcleo familiar – responsabilidade feminina –, distanciando as escolas das crianças e etc.

O avanço do capitalismo que tem como carro chefe o agronegócio, destrói e piora as condições de trabalho das mulheres do campo, por isso, uma construção agroecológica do campo é necessária, para que seja resgatado além da saúde, e das condições de trabalho “doméstico” das mulheres camponesas, o resgate do trabalho enquanto agricultoras.

Mesmo que esporadicamente, não existe trabalho na agricultura que a mulher camponesa não seja capaz de realizar, desmistificando argumentos fundamentados na natureza ou condição da mulher, o que falta é reconhecimento do seu lugar enquanto trabalhadora rural.

O trabalho das mulheres feirantes em suas comunidades se dá pela necessidade de existir. Utilizando a agroecologia como ferramenta, colocando-se muitas vezes na linha de frente no embate direto contra a hegemonia imposta na produção da vida em uma sociedade que é capitalista machista patriarcal juntamente com essas existências que são interpeladas por esta mesma sociedade e produzem muitas vezes investimentos de subjetivação hegemônicos entremeados a estes modos de resistência constituindo-se nas proposições coletivas e infrapolíticas de aliança e agenciamento ativo das mulheres.

Pela fala da feirante Seiva, temos um exemplo de como as subjetivações hegemônicas interpelam as existências, colocando-as em um lugar de tensão:

Seiva: “toda mulher passa por alguma situação de dificuldade, né? É...a maior dificuldade que as mulheres, nós feirantes tem é assim, quando a gente tem filho pequeno, sabe? é a maior dificuldade que eu acho assim, que eu me encontro, me encontrei e outras pessoas também se encontram, né? Tipo assim, quem não tem mãe que mora perto, quem não tem uma pessoa da família que mora perto, fica constrangedor pedir pra alguém ficar com os filhos, com o filho ou com dois ou mais, né? Então não foi muito complicado pra mim, porque meu companheiro graças a Deus ele me ajuda muito, a minha sogra cuidava do meu filho, a minha mãe, e aí não se tornou tão dificultoso, mas a gente se preocupa muito.” (10 de dezembro, 2020. p. 1)

A educação do campo como lugar de disputa de projeto para o campo tem como uma de suas ferramentas as feiras agroecológicas, e através do trabalho dessas mulheres constituem um processo educacional em diversos âmbitos na vida de quem está envolvida/o diretamente com o circuito. Dessa forma, o crescimento político e

peçoal das mulheres feirantes dentro do circuito é um agenciamento ativo infrapolítico, construindo resistências não só coletivas, mas particulares na vida de cada uma, forjando mulheres para a luta. A perspectiva decolonial é um caminho possível para que possamos visualizar realidades que estão invisibilizadas, através da interseccionalidade fazendo o recorte de gênero e classe podemos compreender um pouco dos processos educativos (que são de vida) que passam as mulheres feirantes do Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo MuniM/MA.

PALAVRAS FINAIS

É fundamental que temas como esses sejam debatidos e acolhidos pelos corredores acadêmicos, salas de aulas e produções científicas. É de extrema importância que o debate acerca das mulheres camponesas e agroecologia estejam cada vez mais presentes, principalmente quando falamos em uma Educação do Campo que seja inclusiva e contra hegemônica.

O Circuito de feiras agroecológicas da Região do Baixo Munim/MA desenvolve o trabalho com princípio educativo em muitos aspectos do que dentro dos parâmetros educacionais classificam como educação, ultrapassando-os em muitos quesitos. A construção de uma comunidade com valores críticos, com mulheres se tornando a cada dia mais empoderadas e libertas das amarras que as cercam.

De um ponto de vista pessoal, trabalhar estas nuances educacionais pode ser o processo de amadurecimento de uma ferramenta contra hegemônica muito poderosa, pois a agroecologia é capaz de resgatar a conexão do povo – no caso trabalho, as mulheres – com a terra, interligando vidas de uma forma simbiótica, onde todo ser vivo merece respeito, seja o solo, as mulheres camponesas, pessoas quilombadas, LGBTQIA+ entre outros e outras.

Este trabalho se faz importante também no sentido de entender as contradições vividas pelas mulheres que enfrentam dia após dia as consequências do avanço colonial, retirando suas terras, suas condições de trabalho e seu direito a existir em um mundo capitalista. Forjando-as em uma luta infrapolítica de sobrevivência, onde as mesmas se encontram em uma diferença colonial existindo ao mesmo tempo em duas realidades, visto que gênero a partir de Lugones (2014) não existe fora da modernidade colonial, tornando a resistência à colonialidade do gênero um processo historicamente complexo. Por isso, a necessidade de trazer este debate para correlacionar com a experiências das mulheres camponesas do Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim.

A posição subordinada da mulher camponesa dentro da sociedade impõe que estas sejam ainda menos reconhecidas no lugar do trabalho, em comparação com as mulheres da cidade. O não reconhecimento, a invisibilização do trabalho, coloca as mulheres camponesas em não lugares de existência, e por isso as feiras agroecológicas

se colocam aqui como agência ativa na vida das mulheres camponesas que pelem e que enfrentam barreiras para que as feiras agroecológicas continuem existindo.

O cunho dessa pesquisa foi atravessado pela pandemia do Novo COVID-19, mudando a dinâmica das feiras agroecológicas, desde de seu acontecimento que precisou ser interrompido (primeiro em Março de 2020, e novamente em março de 2021), a forma de funcionamento (no período em que as atividades voltaram a ser realizadas em Outubro de 2020 até Fevereiro de 2021), alterando a forma de locomoção das mulheres camponesas, a comercialização, o trânsito das feiras agroecológicas. A pandemia do Novo COVID-19 transformou também a forma de se relacionar entre as mulheres e as/os agentes que constroem as feiras. Agora o abraço deve ser evitado, o contato carinhoso entre quem constrói essa ferramenta de emancipação no meio da capital do estado do Maranhão.

As feiras agroecológicas abrem caminhos para serem estudadas como um processo decolonial, de resgate da ancestralidade e uma volta para dentro no processo da resistência a colonialidade.

Os próximos passos desse trabalho de certa forma continuam nebulosos levando em consideração a pandemia do Novo COVID-19. As feiras agroecológicas continuam paradas, agora com previsão de retorno para o dia seis de outubro, 2021. Algumas atividades conseguem ser garantidas virtualmente, mas dessa forma se torna excludente para algumas mulheres e comunidades que não possuem sinal de internet ou pouco sinal.

Algumas atividades previstas para o desenvolvimento desta pesquisa ainda estão em andamento, serão garantidas antes da defesa deste trabalho e enviadas como apêndice, incluso o TCLE.

Os produtos realizados durante esta pesquisa têm como objetivo divulgar e popularizar o Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Muni/MA e da Região Metropolitana. Entendo a potencia da cartilha e do documentário de forma virtual, para que possa compartilhar a experiência das mulheres feirantes, podendo gerar a partir disso novas feiras agroecológicas e novos projetos por todo o Brasil.

É necessário deixar evidente que a luta por vacinas contra o Novo COVID-19 é de extrema importância para a vida de todos/as, mas no que diz respeito a este trabalho é importante para que as mulheres consigam continuar trabalhando em segurança, para

que continuem vivas. Após a qualificação, o estado do Maranhão e principalmente a cidade de São Luís conseguiu avançar na garantia de vacinação da população. A pauta da agroecologia é uma luta pela vida, e lutar por vacinas para todas as pessoas nesse período crítico é fundamental.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Victor Rafael Laurenciano, MEDEIROS, Claudio Melquiades – ENTREVISTAS NA PESQUISA SOCIAL: O RELATO DE UM GRUPO DE FOCO NAS LICENCIATURAS, 2009.
- ARROYO, Miguel G. Educação Popular, Saúde, Equidade e Justiça Social. Campinas, vol. 29, n. 79, p. 401-416, set./dez. 2009.
- BARROS, José d'Assunção. Igualdade e Diferença: Construções Históricas e Imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- BISPO, Antônio dos Santos. Colonização, quilombos modos e significados. Brasília, 2015.
- BRITO, Jussara Cruz de. Uma proposta de vigilância em saúde do trabalhador com a ótica de gênero. Rio de Janeiro, 1997.
- BURG, Ines Claudete. AS MULHERES AGRICULTORAS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E NA COMERCIALIZAÇÃO EM FEIRAS NO SUDOESTE PARANAENSE. Florianópolis, julho de 2005.
- CALDART, Salete Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, Salete Roseli. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. a construção do outro como fundamento do ser. São Paulo, 2005.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. Mercator –Revista de geografia da UFC, ano07,número13,2008. Disponível em:<http://www.redalyc.org/toc.oa?id=2736&numero=20629>. Acesso em 29 de setembro, 2021.
- DORNELLES, Priscila Gomes. A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física Escolar. Porto Alegre, BR-RS, 2013.
- DUARTE, Rosália. ENTREVISTAS EM PESQUISAS QUALITATIVAS, Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FEDERICI, Sílvia.(2004) O Calibã e a Bruxa. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista / Sílvia Federici; tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES. B.M. Diretrizes de uma caminhada In M. G. Arroyo.; R. Caldart; M. Molina. Por uma educação do campo. (Org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.2004.

GALEANO, Eduardo, 1940. O livro dos Abraços. 2 ed. Porto Alegre - L&PM, 2013.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Ed. da Univ. Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2001.

GONÇALVES, S. Campesinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008.

GODOY, Arilda Schmidt INTRODUÇÃO A PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. MARÇO ABRIL 1995.

GODOY, W. I. As feiras livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio - econômica de um sistema local de comercialização. Tese (Doutorado em Produção Vegetal), Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, RS. 2005

GODOY, W. I.; SACCO DOS ANJOS, F. As Feiras Livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002, Porto Alegre. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial, Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2014.

MARX, Karl. O capital, Crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de Produção do Capital. 1867.

MAY, Tim. Pesquisa Social Questões, métodos e processos 3ª edição, 2004.

MEC/BRASIL. REFERÊNCIAS PARA UMAPOLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo instituído pela Portaria nº 1.374, 2004.

MEC/SECAD. Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo-Saberes da Terra. Projeto Politico-Pedagógico. Brasília:MEC/SECAD. DF. Brasil, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann. TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO: fragmentos históricos e desafios atuais. Brasília (DF) 2004.

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC-Brasil (2005a). A afirmação de muitas histórias. Acesso em 29 de setembro, 2021, em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>

OLIVEIRA, Dalva Felipe. Mulher, Trabalho e Vida no Campo. Um estudo junto às mulheres da comunidade rural do Ligeiro-Cariri Paraibano. Campina Grande -1996.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo. 18ed. São Paulo: Nobel, 2006.

PRIMAVESI, A. A cartilha da Terra. Expressão Popular, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, 107. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas, 2005.

RIBEIRO, Marlene. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SERPA, Andrea. CONVERSAS: CAMINHOS DA PESQUISA COM O COTIDIANO. Rio de Janeiro, 2010. SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2010. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>. Acesso em 30 Mai. 2016.

SILVA, Maria Ozamira da Silva e. Refletindo a pesquisa participante. São Paulo, Cortez, 1986. 168p.

TLOSTANOVA, Madina; MIGNOLO, Walter. Learning to Unlearn: Decolonial reflections from Eurasia and the Americas. Columbus: Ohio State University. 2012.

APÊNDICE 1:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **Bloco Pessoal**
 - Como você iniciou no circuito de feiras agroecológicas? (Desde quando?)
 - Como funcionam as feiras na sua cidade?
 - Quais dificuldades enfrentou (enfrenta) para estar no CFA?
 - Até que série você estudou? Tem escola rural na sua cidade?
 - Você trabalhava antes das feiras? Desde quantos anos?
- **Bloco de Vivências**
 - A agroecologia sempre foi presente na sua vida? Desde quando?
 - Quais foram as mudanças que CFA trouxe para sua vida? (Investigar o fato de ter conhecido novas pessoas, novas vivências, financeiramente, pessoalmente...)
- **Bloco de Saberes**
 - O que você aprendeu/aprende com o CFA? (todos os aspectos, treinamentos, oficinas, dia a dia..)
 - Qual a importância do CFA na construção da mudança na sua comunidade? Você percebe que mudou? O quê?
 - E a mudança na vida das pessoas que frequentam as feiras?
 - As pessoas que chegam na sua banca conversam coma senhora? Perguntam receitas, sobre agroecologia, sobre como plantar, como fazer algum produto?
- **Bloco de Gênero**
 - A sua participação na feira foi bem aceito pela sua família? O que elas/eles falavam sobre?
 - O que a sua comunidade pensa sobre o CFA e a sua participação nela?
 - Você teve muita dificuldade enquanto mulher para sair de casa e trabalhar? (deixar os filhos, tarefas domésticas em geral..)
 - Quais são as suas condições de trabalho?
 - Enquanto mulher, o que as feiras ensinou para você durante esse processo? (investigar os processos autônomos, poder de fala, mudança na personalidade, forma como vê o mundo..)

- Com quem você aprendeu a plantar? Sua família sempre foi do campo? O que senhora produz?

○ **Bloco Político**

- Você participa de alguma organização, associação, cooperativa?

- Participa de algum projeto do governo (prefeitura)? Como isso é bom para a sua vida?

- As eleições (prefeitura/federal) preocupam você? Interfere no seu trabalho?

○ **Bloco Pandemia**

- Quais dificuldades você enfrentou durante a pandemia?

- Como a pandemia afetou sua vida enquanto mulher? (Dentro de casa o trabalhou dobrou, o cuidado com a família mudaram..)

- Como foi a experiência de não poder trabalhar nas feiras? estragou sua produção?

- Como foi/ está sendo seu sustento durante esse período?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ CPF: _____, residente do município _____ do estado do Maranhão, estou sendo convidada a participar de um estudo sobre o trabalho das mulheres feirantes do Circuito de Feiras Agroecológicas, no qual participo. Cujos objetivos e justificativas são: **compreender como o trabalho das mulheres nas feiras agroecológicas desenvolvem um papel educacional**. Minha participação no referido estudo será no sentido de **contribuir com entrevistas que serão gravadas em áudio, vídeos e fotos para compreender melhor a importância das feiras agroecológicas na vida das feirantes e das comunidades envolvidas**. Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: **compartilhar as experiências vividas nas feiras agroecológicas com outras pessoas, receber um vídeo que conta nossa história (que servirá de lembrança e estudo para nossa organização)** Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, **a divulgação da minha imagem será disponibilizada de forma gratuita nas redes sociais, que poderá ser acessado por qualquer pessoa**. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por um método alternativo ,que é: **não participar das gravações em vídeos e fotos, mantendo em sigilo total minha identidade**. A pesquisadora envolvidos com o referido projeto são **Giovanna Lemos de Medeiros, estudante da Universidade Federal Do Reconcavo da Bahia**. Com ela poderei manter contato pelos telefones **(98) 98853-4741**.É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. No entanto,

caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: ressarcimento será em dinheiro, ou mediante depósito em conta-corrente. . De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

São Luís, MA, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Nome e assinatura da pesquisadora responsável.